

Carlos E. Elias
de Oliveira

João
Costa-Neto

DIREITO CIVIL

VOLUME
UNICO

3^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada



- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 29.01.2024
- Os Autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabrício Vale

■ **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

O46d
3. ed.

Oliveira, Carlos E. Elias de

Direito civil : volume único / Carlos E. Elias de Oliveira, João Costa-Neto. - 3.
ed., rev. e atual. - Rio de Janeiro : Método, 2024.
1736 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-3099-440-2

1. Direito civil - Brasil. I. Costa Neto, João. II. Título.

24-87792

CDU: 347(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

SUMÁRIO

1. LINDB	1
1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB	1
1.1. Objeto	1
2. Direito objetivo e subjetivo	2
2.1. Definição	2
2.2. Direito subjetivo em sentido estrito e direito potestativo	2
2.2.1. Definição	2
2.2.2. Espécies de direito potestativo com base na doutrina alemã: extensão ao Brasil	3
2.2.3. Direito subjetivo relativo e direito subjetivo absoluto	3
2.2.4. <i>ius in personam</i> e <i>ius in rem</i>	3
2.2.5. Exemplo de utilidade: prescrição vs. decadência	4
3. Aspectos gerais sobre a lei	5
3.1. Elaboração, redação, alteração e consolidação da lei	5
3.2. Formação da lei e o marco do seu nascimento	5
3.3. Regra da obrigatoriedade das leis	6
4. Eficácia e aplicação da lei no tempo	7
4.1. Vigência, vigor, eficácia, <i>desuetudo</i> e <i>ultratividade</i>	7
4.2. <i>Vacatio legis</i>, contagem do prazo e <i>vacatio constitutionis</i>	9
4.3. Correção de texto de lei	11
4.4. Regra da vigência sincrônica da lei	12
4.5. Regra da continuidade ou da permanência da lei e a revogação	12
4.6. Repristinação e efeito <i>repristinatório</i>	13
4.7. Retroatividade	16
4.7.1. Óbices constitucionais	16
4.7.1.1. Direito adquirido	17
4.7.1.2. Coisa julgada (= caso julgado)	19
4.7.1.3. Ato jurídico <i>perfeito</i>	21
4.7.2. Roubier vs. <i>Gabba</i>	22
4.7.3. Retroatividade autêntica (<i>echte Rückwirkung</i>; <i>retroaktive Rückwirkung</i>) e retroatividade inautêntica ou retrospectividade (<i>unechte Rückwirkung</i>; <i>retrospektive Rückwirkung</i>)	22

4.7.4.	Retroatividades máxima, média e mínima e os óbices constitucionais.....	25
4.7.4.1.	Definição e hipóteses de cabimento	25
4.7.4.2.	Normas constitucionais podem retroagir?.....	26
4.7.4.3.	Caso da “Lei do Distrato”: aplicabilidade a contratos anteriores	27
4.7.5.	Situações jurídicas institucionais: casos da moeda, da correção monetária e da multa moratória em condomínio edilício.....	28
4.7.6.	A retroatividade das pseudonovidades legislativas: caso da Lei de Falências e do art. 2.035 do CC	29
4.7.7.	O caso dos planos de saúde e a retroatividade de novas leis: contratos sucessivos e contínuos ou contrato único?	30
4.7.8.	Redução do <i>quorum</i> para a alteração da destinação do condomínio (Lei nº 14.405/2022)	32
4.8.	Conflito de normas.....	32
4.8.1.	Classificação das antinomias: aparente, real, grau de antinomia e reflexões críticas	32
4.8.1.1.	Antinomia aparente e real	32
4.8.1.2.	Quanto ao grau.....	33
4.8.1.3.	Reflexões e críticas.....	35
4.8.2.	Diálogo das Fontes	37
5.	Interpretação.....	38
5.1.	Conceito: reflexões contemporâneas.....	39
5.2.	Conceituação simplificada: presente em concursos públicos.....	39
5.3.	Diversos modos de classificar a interpretação.....	40
5.4.	Classificação quanto ao sujeito	40
5.4.1.	Espécies.....	40
5.4.2.	Exposição de motivos.....	41
5.5.	Classificação quanto ao resultado.....	42
5.6.	Classificação quanto ao modo.....	43
5.6.1.	Interpretação gramatical.....	43
5.6.2.	Interpretação sistemática	44
5.6.3.	Interpretação histórica.....	45
5.6.4.	Interpretação teleológica ou social	45
5.6.5.	Interpretação lógica ou racional.....	45
5.6.6.	Classificação e a busca pelo espírito da norma.....	45
6.	Integração	46
6.1.	Definição	46
6.2.	Espécies de integração.....	47
6.2.1.	Analogia.....	47
6.2.1.1.	Definição e espécies.....	47
6.2.2.	Costumes.....	48
6.2.3.	Princípios gerais de Direito.....	49
6.3.	Equidade: integração ou não?	50
6.4.	Redução teleológica (<i>teleologische Restriktion</i> ; <i>teleologische Reduktion</i>) vs. analogia vs. interpretação restritiva vs. interpretação extensiva.....	50

6.5.	Autointegração vs. heterointegração.....	51
6.6.	Espécies de lacunas.....	51
7.	Aprofundamento comum à interpretação e à integração.....	52
7.1.	Lógica formal e veracidade das premissas: argumentos válidos, inválidos e sólidos.....	52
7.2.	Justificação interna e justificação externa.....	53
7.3.	Conceitos e operações básicas do Direito: regras, precedentes e princípios x subsunção, analogia e ponderação.....	53
7.4.	Presunções, ficções jurídicas, figuras, metáforas e cenários.....	53
7.4.1.	Presunções e a vedação ao <i>non liquet</i> : origens romanísticas...	53
7.4.2.	Fórmulas preclusivas como inerentes à gramática básica do direito.....	54
7.4.3.	Razões substantivas e razões formais ou institucionais.....	55
7.4.4.	Presunção absoluta (presunção <i>iuris et de iure</i>).....	55
7.4.5.	Presunções absolutas e regras.....	56
7.4.6.	Presunção relativa (presunção <i>iuris tantum</i>).....	57
7.4.7.	Ficção jurídica.....	58
7.4.8.	Figura.....	59
7.4.9.	Metáfora.....	60
7.4.10.	Cenário.....	60
7.5.	Filosofia do Direito ou jurisprudência de interesses (<i>Interessenjurisprudenz</i>) e a obediência reflexiva ou pensante (<i>denkender Gehorsam</i>) de Philipp Heck: a relação entre juiz e legislador.....	61
8.	Aplicação da lei no espaço.....	62
8.1.	Noções gerais de direito internacional privado.....	62
8.2.	Conceitos e princípios importantes.....	62
8.2.1.	Doutrina da territorialidade moderada, a situação de extraterritorialidade da lei brasileira e a superação da ideia de "territórios fictos".....	63
8.2.2.	Estatutos pessoal, real, obrigacional, familiar e sucessório.....	64
8.2.3.	Competência das embaixadas e consulados em direito privado.....	64
8.2.4.	Elementos de conexão.....	65
8.3.	Elementos de conexão no direito brasileiro.....	65
8.3.1.	Questões inerentes à pessoa (<i>lex loci domicilii</i>).....	65
8.3.2.	Casamento (<i>lex loci celebrationis</i>).....	65
8.3.3.	Sucessão (<i>lex successionis</i>).....	66
8.3.3.1.	Noções gerais.....	66
8.3.3.2.	Distinção entre competência jurisdicional e lei aplicável.....	67
8.3.3.3.	<i>Forum shopping</i> e <i>forum non conveniens</i> : a escolha abusiva ou aleatória do juízo competente no divórcio de casal que, embora casado no Brasil, nunca teve domicílio no país.....	68
8.3.3.4.	Direito de Família e o Direito Internacional Privado: a solução de conflitos aparentes entre ordenamentos jurídicos diante da competência jurisdicional.....	69

8.3.4.	Obrigações.....	70
8.3.4.1.	<i>Lex loci actus vs. lex loci executionis</i>	70
8.3.4.2.	Partes podem pactuar elemento de conexão diverso?.....	71
8.3.4.3.	Normas de Direito do Trabalho.....	72
8.3.4.4.	Multinacional de renome com filial no Brasil.....	72
8.3.4.5.	Casos especiais.....	72
8.3.4.6.	Filial brasileira de multinacional: responsabilidade por assistência técnica.....	73
8.3.5.	Coisas.....	74
8.3.5.1.	<i>Lex rei sitae</i>	74
8.3.5.2.	Caso de sucessão <i>causa mortis</i> envolvendo imóvel situado no exterior.....	74
8.3.5.3.	Coisas móveis transportadas (<i>mobilia sequuntur personam</i>).....	75
8.3.5.4.	Discussões para flexibilização do <i>lex rei sitae</i> e direito comparado.....	75
8.3.6.	Prova de fatos jurídicos: <i>Lex loci vs. lex fori</i>	75
8.4.	Reenvio, remissão, opção, retorno e devolução.....	76
8.4.1.	Definição de reenvio.....	76
8.4.2.	Nomenclatura: remissão, opção, retorno e devolução.....	77
8.4.3.	Graus de reenvio.....	77
8.5.	Óbices a lei, atos e sentenças estrangeiras no Brasil (art. 17).....	78
8.5.1.	Casos especiais.....	78
8.5.1.1.	Dívidas de jogo contraídas no exterior.....	78
8.6.	Sentenças estrangeiras.....	79
8.6.1.	Regras gerais sobre a homologação de sentença estrangeira, o <i>exequatur</i> e o auxílio direto.....	79
8.6.2.	Ausência de litispendência internacional: homologação de sentença estrangeira quando o mesmo caso tramita na Justiça brasileira.....	81
8.6.3.	Atos judiciais meramente homologatórios de acordo das partes.....	81
8.6.3.1.	Regra geral.....	81
8.6.4.	O caso de acordos envolvendo imóveis no Brasil.....	81
8.6.5.	O caso do divórcio simples e do qualificado.....	82
8.6.6.	Atos extrajudiciais estrangeiros.....	82
8.6.7.	Decisões estrangeiras sobre guarda de crianças.....	82
8.7.	Eficácia de documento estrangeiro no Brasil.....	83
9.	A segurança hermenêutica na administração pública e no direito.....	84
9.1.	Arts. 20 a 30 da LINDB.....	84
9.2.	Breves reflexões sobre improbidade administrativa.....	88
9.3.	A “lindbização” do Direito Administrativo brasileiro e da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.....	88

2. PARTE GERAL	89
1. Conceitos gerais do direito civil	89
1.1. Movimentos de abordagem do Direito Civil (classificação quanto à abertura epistemológica do Direito Civil)	89
1.1.1. Constitucionalização do Direito Civil e a pós-constitucionalização.....	90
1.1.2. Recivilização Constitucional do Direito Civil	93
1.1.3. Linha intermediária ou indefinida.....	95
1.2. Textura aberta dos conceitos jurídicos	96
1.3. Diretrizes teóricas do Código Civil.....	96
1.4. Conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais	97
1.5. Teoria do conhecimento jurídico de Miguel Reale e reflexões sobre a natureza indeterminada do direito.....	97
1.6. Corolários da boa-fé objetiva	98
1.6.1. Noções gerais e o princípio da confiança.....	98
1.6.2. Aplicação em todos os ramos do direito	99
1.6.3. Proibição do <i>venire contra factum proprium</i>	99
1.6.3.1. Definição.....	99
1.6.3.2. Casos especiais	99
1.6.4. <i>Supressio</i>	100
1.6.4.1. Definição	100
1.6.4.2. Questões especiais.....	100
1.6.5. <i>Surrectio</i>	102
1.6.6. <i>Tu quoque</i>	102
1.6.6.1. Definição	102
1.6.6.2. Questões especiais.....	102
1.6.7. <i>Exceptio doli</i>	103
1.6.8. Cláusula de <i>Stoppel</i> (ou de <i>Estoppel</i>).....	103
1.6.9. Risco de exageros: a “superutilização da boa-fé”.....	104
1.7. Limites ao intervencionismo no direito civil	104
1.7.1. Análise Econômica do Direito (AED) e Nova Economia Institucional (NEI)	104
1.7.2. Paradigma da essencialidade.....	104
1.7.3. Contratos existenciais e de lucro	104
1.7.4. Parâmetros analíticos do Direito Civil	105
1.8. Algumas lógicas de justiça do direito privado.....	105
1.8.1. Tutela do luxo: princípio da proteção simplificada do luxo.....	105
1.8.1.1. Benfeitorias voluptuárias.....	106
1.8.1.2. Art. 944, parágrafo único, CC	106
1.8.1.3. Móveis suntuosos em imóvel protegido pela impenhorabilidade do bem de família.....	106
1.8.1.4. Benfeitorias voluptuárias em desapropriação	106
1.8.2. Tutela da gratuidade: princípio da proteção simplificada do agraciado.....	107
1.8.2.1. Fraude contra credores.....	108

1.8.2.2.	Interpretação restritiva.....	108
1.8.2.3.	Formalidade para negócios gratuitos.....	108
1.8.2.4.	Vícios redibitórios e evicção.....	108
1.8.2.5.	Comodato e indenização por benfeitorias.....	108
1.8.2.6.	Concessão generosa de prorrogação do prazo de pagamento.....	109
1.8.2.7.	Proteção do terceiro adquirente a título oneroso: invalidação de casamento, herdeiro aparente e pagamento indevido.....	109
1.8.2.8.	Inexistência do dever de continuar pagando “pensão alimentícia puramente voluntária”: inaplicabilidade da <i>supressio</i> ou <i>surrectio</i> em negócios gratuitos.....	109
1.8.2.9.	Responsabilidade civil do generoso.....	109
1.8.3.	Enriquecimento sem causa como desvalor pior do que a má-fé.....	114
1.8.4.	Função social vs. boa-fé.....	114
1.8.5.	Princípio do prestígio aos familiares privilegiados (cônjuge, descendente e ascendente).....	115
1.8.6.	Princípio do aviso prévio a uma sanção.....	117
1.8.6.1.	Postulado.....	117
1.8.6.2.	Exemplos.....	118
1.8.7.	Princípio da vontade soberana do testador.....	122
1.8.8.	Princípio da forma conglobante.....	122
1.8.9.	Princípio da vontade presumível.....	123
1.9.	Conceitos importantes: relação jurídica, obrigação, sujeição, dever e ônus.....	125
1.9.1.	Relação jurídica.....	126
1.9.1.1.	Definição.....	126
1.9.1.2.	Características: alteridade, bilateralidade, exterioridade e reciprocidade.....	126
1.9.1.3.	Elementos da relação jurídica.....	126
1.9.2.	Obrigação, sujeição, dever e imunidade.....	127
1.9.3.	Ônus.....	127
2.	Sujeito de direito.....	129
2.1.	Entes personalizados e despersonalizados.....	129
2.2.	Pessoa vs. CPF e CNPJ.....	130
2.3.	Anomalias: caso da repetição de indébito tributário.....	130
2.4.	Condomínio edilício, de lotes, urbano simples e em multipropriedade.....	131
2.4.1.	Natureza jurídica.....	131
2.4.2.	Aquisição de imóveis pelo condomínio: controvérsia e questão do <i>quorum</i>	132
2.4.3.	Usucapião por condomínio edilício.....	132

2.4.4.	Obrigaçãos subsidiária dos condôminos por dívidas do condomínio perante terceiros, penhorabilidade das unidades autônomas e início da prescrição	133
2.5.	Dano moral contra entes despersonalizados: caso do condomínio edilício e de outros entes	133
2.5.1.	Caso do condomínio edilício	133
2.5.2.	Caso dos demais entes despersonalizados	134
3.	Pessoas naturais	134
3.1.	Personalidade jurídica: definição, história e caso de donativos a santos	134
3.1.1.	Teorias sobre o início da personalidade jurídica da pessoa natural	135
3.1.2.	Tutela do natimorto	136
3.1.3.	Tutela do nascituro	136
3.1.3.1.	Herança	136
3.1.3.2.	Embrião <i>in vitro</i> vs. nascituro	137
3.1.3.3.	Dano moral contra nascituro	137
3.1.3.4.	Seguro DPVAT e aborto em acidente de trânsito	137
3.1.3.5.	Alimentos gravídicos	138
3.1.3.6.	Doação a nascituro	138
3.2.	Capacidade jurídica	138
3.2.1.	Noções gerais	138
3.2.2.	Origem histórica: a classificação bipartida foi mesmo criada por Teixeira de Freitas?	139
3.2.3.	Distinção entre personalidade jurídica e capacidade jurídica (<i>in abstracto</i> e <i>in concreto</i>)	139
3.2.4.	Capacidade de direito, de gozo ou de aquisição	140
3.2.5.	Capacidade de fato ou de exercício	140
3.2.5.1.	Incapacidade absoluta	141
3.2.5.2.	Incapacidade relativa	142
3.2.5.3.	Mecanismos de proteção e de responsabilização dos incapazes	143
3.2.5.4.	Pessoas com deficiência	146
3.2.5.5.	Indígenas	154
3.3.	Emancipação	155
3.3.1.	Emancipação voluntária	155
3.3.2.	Emancipação judicial	156
3.3.3.	Emancipação legal	156
3.3.3.1.	Conceituação e hipóteses	156
3.3.3.2.	Casos práticos envolvendo <i>influencer digital</i> , jogador de futebol (Lei Pelé) e estagiários	157
3.3.4.	Irreversibilidade da emancipação	158
3.3.5.	Registro da emancipação	158
3.4.	Legitimação	159
3.5.	Atributos da personalidade, estado civil, ações e posse de estado	159
3.6.	União estável: é estado civil familiar?	160

3.7.	Registro de nascimento e outros dados de identificação da pessoa natural	160
3.8.	Morte civil e ausência	160
3.8.1.	Definição e espécies de morte	160
3.8.2.	Ausência e morte presumida.....	162
3.8.2.1.	Definição	162
3.8.2.2.	Validade dos atos do ausente.....	162
3.8.2.3.	Ausência vs. existência de bens.....	163
3.8.2.4.	Ausência vs. dissolução do casamento	163
3.8.2.5.	Procedimento da ausência: a morte presumida com declaração de ausência.....	164
3.8.2.6.	Fase da sucessão provisória.....	165
3.8.2.7.	Fase da sucessão definitiva.....	165
3.8.3.	Comoriência	166
3.9.	Direitos da personalidade	166
3.9.1.	Definição e classificação quanto ao objeto protegido	166
3.9.2.	Características.....	167
3.9.3.	Vida privada como direito da personalidade: a teoria dos círculos concêntricos.....	168
3.9.3.1.	Definição e importância prática.....	168
3.9.3.2.	Situação da pessoa pública: o caso da "Princesa Caroline de Mônaco".....	170
3.9.4.	Mudança de sexo.....	170
3.9.4.1.	Caso da pessoa transexual	170
3.9.4.2.	Caso do sexo indefinido: caso brasileiro e experiência argentina.....	171
3.9.5.	Direitos da personalidade do falecido.....	171
3.9.5.1.	Legitimidade para proteção.....	171
3.9.5.2.	Espólio.....	172
3.9.6.	Tutela dos direitos da personalidade.....	173
3.9.7.	A naturalidade da pessoa natural.....	173
3.9.8.	Congelamento do corpo (criogenia) no lugar dos tradicionais rituais fúnebres	174
3.9.9.	Direito ao esquecimento	174
3.9.9.1.	Noções gerais e sua compatibilidade com a Constituição Federal.....	174
3.9.9.2.	Direito ao esquecimento vs. abuso na forma de divulgação de um fato antigo	175
3.9.9.3.	Cabimento do direito ao esquecimento.....	175
3.9.9.4.	Questões e casos especiais.....	176
3.9.10.	Nome	178
3.9.11.	Diretiva Antecipada de Vontade <i>lato sensu</i>	179
3.9.11.1.	Noção geral.....	179

3.9.11.2.	Diretiva Antecipada de Vontade <i>stricto sensu</i> (testamento vital, procuração para cuidados de saúde, destino do cadáver etc.).....	180
3.9.11.3.	Diretiva de Curatela.....	183
3.9.11.4.	Forma da DAV <i>lato sensu</i>	184
4.	Pessoas jurídicas.....	185
4.1.	Definição, elementos essenciais e autonomia.....	185
4.2.	Teorias sobre a natureza jurídica.....	185
4.3.	Surgimento da pessoa jurídica e efeitos do registro.....	186
4.4.	Espécies.....	187
4.4.1.	Pessoas jurídicas de direito público.....	188
4.4.2.	Pessoas jurídicas de direito privado.....	188
4.4.2.1.	Sociedade.....	188
4.4.2.2.	Eireli: revogação.....	188
4.4.2.3.	Associação.....	189
4.4.2.4.	Fundação.....	192
4.4.2.5.	Organização religiosa.....	195
4.4.2.6.	Partido político.....	197
4.4.2.7.	Natureza jurídica de alguns entes.....	197
4.4.3.	Natureza jurídica do sindicato.....	198
4.4.4.	Natureza jurídica do ECAD.....	199
4.4.5.	Empresa pública e sociedade de economia mista.....	199
4.4.6.	Microempresa, empresa de pequeno porte, OS etc.....	199
4.4.7.	Natureza jurídica dos fundos.....	199
4.5.	Classificação das pessoas jurídicas.....	200
4.5.1.	Quanto à nacionalidade.....	200
4.5.2.	Quanto à estrutura.....	200
4.6.	Representação: adoção da teoria <i>ultra vires</i>	201
4.7.	Caso da sociedade anônima: adoção da teoria da aparência.....	202
4.8.	Efeitos do registro do ato constitutivo.....	203
4.9.	Desconsideração da personalidade jurídica.....	203
4.9.1.	Teoria maior.....	204
4.9.1.1.	Definição.....	204
4.9.1.2.	Desconsideração no caso de infração à ordem econômica.....	206
4.9.1.3.	Casos especiais.....	206
4.9.2.	Teoria menor.....	207
4.9.2.1.	Definição e hipóteses.....	207
4.9.2.2.	Situação do administrador não sócio.....	208
4.9.3.	Casos especiais.....	208
4.9.3.1.	Desconsideração inversa ou às avessas.....	208
4.9.3.2.	Desconsideração indireta.....	208
4.9.3.3.	Desconsideração expansiva.....	208
4.9.3.4.	Teoria da sucessão de pessoas jurídicas.....	209

4.9.3.5.	Desconsideração por subcapitalização da pessoa jurídica	209
4.9.3.6.	Simplex membro do Conselho Fiscal e a desconsideração	209
4.9.3.7.	Desconsideração positiva	210
4.9.4.	Procedimento para a desconsideração da personalidade jurídica	211
4.10.	Extinção da pessoa jurídica.....	211
4.11.	Direitos da personalidade da pessoa jurídica	212
4.11.1.	Noções gerais.....	212
4.11.2.	Dano moral para pessoa jurídica de direito público.....	212
5.	Domicílio	214
5.1.	Definição: residência vs. domicílio. Princípio da cogência domiciliar e da pluralidade domiciliar.....	214
5.2.	Princípios.....	215
5.2.1.	Cogência domiciliar	215
5.2.2.	Pluralidade domiciliar.....	215
5.3.	Teoria do domicílio aparente.....	216
5.4.	Espécies de domicílio da pessoa natural.....	216
5.4.1.	Domicílio voluntário ou privatístico.....	216
5.4.1.1.	Geral.....	216
5.4.1.2.	Especial.....	217
5.4.2.	Domicílio necessário, legal ou publicístico.....	217
5.5.	Domicílio da pessoa jurídica.....	218
6.	Bens.....	219
6.1.	Bens e coisa.....	219
6.1.1.	Distinção.....	219
6.1.2.	Semoventes: a tutela dos animais.....	220
6.1.2.1.	Noções gerais.....	220
6.1.2.2.	Direito comparado: Áustria, Alemanha, Holanda, França, Suíça e Portugal	221
6.1.2.3.	Questões práticas	222
6.2.	Patrimônio.....	223
6.2.1.	Definição.....	223
6.2.2.	Teorias sobre o patrimônio: clássica e moderna	224
6.3.	Patrimônio mínimo	225
6.4.	Classificação dos bens.....	225
6.4.1.	Bens considerados em relação ao titular	226
6.4.1.1.	Bens públicos	227
6.4.1.2.	Bens privados: regra geral e casos especiais de privilégios de bens públicos.....	227
6.4.2.	Bens no comércio e fora do comércio.....	228
6.4.3.	Bens considerados em si mesmos.....	228
6.4.3.1.	Corpóreos e incorpóreos.....	228
6.4.3.2.	Imóveis e móveis.....	229

6.4.3.3.	Fungíveis e infungíveis.....	232
6.4.3.4.	Consumíveis e inconsumíveis.....	234
6.4.3.5.	Divisíveis e indivisíveis	235
6.4.3.6.	Singulares e coletivos	236
6.4.3.7.	Singulares: simples ou compostos.....	236
6.4.3.8.	Coletivos.....	237
6.4.4.	Bens reciprocamente considerados	240
6.4.4.1.	Noções gerais e gravitação jurídica.....	240
6.4.4.2.	Principais.....	241
6.4.4.3.	Acessórios	241
6.4.4.4.	Pertenças.....	251
7.	Fatos jurídicos.....	254
7.1.	Definição: fato jurídico vs. fato material.....	254
7.2.	Classificação	255
7.2.1.	Fato jurídico <i>lato sensu</i>	255
7.2.2.	Fato jurídico <i>stricto sensu</i>	256
7.2.3.	Ato jurídico <i>lato sensu</i>	256
7.2.3.1.	Negócios jurídicos.....	256
7.2.3.2.	Ato jurídico <i>stricto sensu</i> lícitos e ilícitos	257
7.2.3.3.	Atos jurídicos mistos.....	259
7.2.4.	Ato-fato jurídico	259
7.3.	Teoria do plano dos fatos jurídicos	261
7.3.1.	Definição.....	261
7.3.2.	Plano da existência	261
7.3.3.	Plano da validade	261
7.3.4.	Plano da eficácia	262
7.3.4.1.	Definição	262
7.3.4.2.	Rescisão contratual	262
7.3.4.3.	Inoponibilidade a terceiros (ineficácia relativa).....	262
7.3.4.4.	Pós-eficacização	264
8.	Negócios jurídicos.....	264
8.1.	Identificação das regras de contratos e de outros negócios jurídicos: redação, interpretação e integração de contratos e de negócios jurídicos.....	264
8.1.1.	Como redigir contratos e outros negócios jurídicos?	264
8.1.2.	Regras de interpretação contratual: regras voluntárias e regras legais	265
8.1.3.	Lacunas no contrato: regras legais e voluntárias de integração negocial ou contratual.....	267
8.2.	Elementos dos negócios jurídicos.....	268
8.2.1.	Elementos essenciais do negócio jurídico	269
8.2.2.	Elementos naturais do negócio jurídico	269
8.2.3.	Elementos acidentais do negócio jurídico	269
8.2.3.1.	Definição	269

8.2.3.2.	Termo: definição e espécies.....	270
8.2.3.3.	Condição	271
8.2.3.4.	Encargo.....	275
8.2.3.5.	Caracteres do termo, condição e encargo.....	276
8.3.	Declaração da vontade.....	277
8.3.1.	Declaração propriamente dita e vontade propriamente dita...	277
8.3.2.	Declaração expressa, tácita e presumida	277
8.3.2.1.	Noções gerais.....	277
8.3.2.2.	Experiência alemã: manifestação de vontade tácita ou concludente (<i>stillschweigende oder konkludente Willenserklärung</i>) e comportamento conclusivo (<i>schlüssiges Verhalten</i>).....	278
8.3.3.	Declaração receptícia e não receptícia.....	278
8.3.4.	Declaração direta e indireta.....	278
8.4.	Reserva mental.....	279
8.5.	Representação	280
8.5.1.	Definição e espécies.....	280
8.5.2.	Conflito de interesse.....	280
8.5.3.	Negócio consigo mesmo.....	281
8.5.4.	Representação indireta.....	282
8.5.5.	Substituição vs. representação.....	282
8.6.	Classificação dos negócios jurídicos	282
8.6.1.	Quanto ao aperfeiçoamento.....	282
8.6.1.1.	Negócio jurídico unilateral	283
8.6.1.2.	Negócio jurídico bilateral	283
8.6.1.3.	Negócio jurídico plurilateral	284
8.6.2.	Quanto ao sacrifício patrimonial.....	284
8.6.2.1.	Negócio jurídico gratuito.....	284
8.6.2.2.	Negócio jurídico oneroso.....	284
8.6.2.3.	Negócio jurídico neutro.....	285
8.6.3.	Quanto à formalidade.....	285
8.6.3.1.	Princípio da forma de ser ou <i>forma dat esse rei</i>	285
8.6.3.2.	Negócios jurídicos envolvendo imóveis de valor superior a 30 salários mínimos.....	285
8.6.3.3.	Forma pública vs. forma particular vs. reconhecimento de firma	286
8.6.3.4.	Negócio informal, não solene ou de forma livre..	287
8.6.3.5.	Negócio formal ou solene	287
8.6.3.6.	Forma imposta pela vontade: nulidade ou ineficácia?	288
8.6.3.7.	Forma <i>ad solemnitatem</i> e <i>ad probationem tantum</i>	288
8.6.3.8.	Casos especiais	289
8.6.4.	Quanto à extensão dos interesses das partes.....	289
8.7.	Validade dos negócios jurídicos.....	290

8.7.1.	Requisitos de validade dos negócios jurídicos.....	290
8.7.2.	Regime de invalidade: direito civil vs. outros ramos	291
8.7.3.	Reconhecimento judicial vs. invalidade do negócio: juiz, particulares, Administração Pública e cartórios extrajudiciais.....	291
8.7.4.	Natureza e eficácia da sentença de invalidação.....	292
8.7.5.	Nulidade	294
8.7.5.1.	Regras gerais.....	294
8.7.5.2.	Hipóteses de nulidade: nulidade virtual e textual e o problema das normas dispositivas e cogentes...	295
8.7.5.3.	Impossibilidade inicial do objeto	296
8.7.6.	Anulabilidade.....	296
8.7.6.1.	Regras gerais	296
8.7.6.2.	Hipóteses de anulabilidade.....	297
8.7.7.	Princípio da conservação do negócio jurídico	297
8.7.7.1.	Definição	297
8.7.7.2.	Conversão substancial (art. 170, CC).....	298
8.7.7.3.	Conversão formal (art. 183, CC).....	299
8.7.7.4.	Redução do negócio jurídico.....	299
8.7.7.5.	Conversão legal.....	300
8.7.7.6.	Conservação do ato de vontade do negócio inválido sob outro fundamento: a “substituição de fundamento do ato de vontade”.....	300
8.7.8.	Outros casos de conservação do negócio jurídico	302
8.7.8.1.	Mentira sobre idade	302
8.7.8.2.	Repetição de indébito contra incapaz.....	302
8.7.8.3.	Incapacidade relativa em proveito de terceiros? ..	303
8.7.8.4.	Pós-eficacização de negócios jurídicos	303
8.7.9.	Negócio jurídico com assinaturas falsas: inexistência, invalidade ou ineficácia	303
8.8.	Defeitos dos negócios jurídicos	304
8.8.1.	Vícios de consentimento	304
8.8.1.1.	Erro ou ignorância	304
8.8.1.2.	Dolo.....	307
8.8.1.3.	Coação	310
8.8.1.4.	Lesão.....	311
8.8.1.5.	Estado de perigo	313
8.8.2.	Vícios sociais	314
8.8.2.1.	Simulação.....	315
8.8.2.2.	Fraude contra credores.....	317
8.9.	Prescrição	322
8.9.1	Conceitos prévios importantes	323
8.9.1.1.	Direito subjetivo em sentido amplo.....	323
8.9.2.	Definição de prescrição.....	325
8.9.3.	Imprescritibilidades	326

8.9.3.1.	Direitos subjetivos extrapatrimoniais.....	326
8.9.3.2.	Casos de grave violação a direitos fundamentais	326
8.9.3.3.	Ação de enriquecimento ao erário?.....	327
8.9.4.	Prescrição extintiva e aquisitiva.....	327
8.9.5.	Reconhecimento <i>ex officio</i> e momento de arguição.....	328
8.9.6.	Renúncia e mudança de prazo de prescrição	328
8.9.7.	Renúncia da prescrição por incapaz.....	329
8.9.8.	Termo inicial: teoria da <i>actio nata</i>	329
8.9.8.1.	Vertentes objetiva e subjetiva	329
8.9.8.2.	Casuística	331
8.9.9.	Interrupção.....	332
8.9.9.1.	Noções gerais.....	332
8.9.9.2.	Causas que interrompem a prescrição	333
8.9.10.	Prescrição intercorrente.....	335
8.9.10.1.	Definição	335
8.9.10.2.	Suspensão e interrupção da prescrição com a ação judicial de conhecimento e no caso de sua extinção sem resolução do mérito	335
8.9.10.3.	Inércia na propositura do cumprimento de sen- tença: a primeira hipótese de prescrição intercor- rente.....	336
8.9.10.4.	Paralisação do processo executivo (cumprimento de sentença ou execução de título extrajudicial): a segunda hipótese de prescrição intercorrente..	336
8.9.10.5.	Situação anterior ao CPC/2015	337
8.9.10.6.	Prescrição intercorrente em execução fiscal: e alguns complementos para os casos de rito exe- cutivo cível	338
8.9.10.7.	Honorários sucumbenciais no caso de extinção da execução por conta da prescrição intercorrente ..	338
8.9.11.	Suspensão e impedimento.....	338
8.9.11.1.	Definição e princípio <i>contra non valentem</i>	338
8.9.11.2.	Causas suspensivas.....	339
8.9.11.3.	Suspensão diante de cocredores em obrigações divisíveis, indivisíveis e solidárias.....	339
8.9.11.4.	Impedimento da prescrição antes do advento de sentença penal definitiva.....	340
8.9.12.	Prescrição em relações de trato sucessivo: prescrição nuclear ou parcelar.....	342
8.9.12.1.	Distinção entre prescrição parcelar (ou progressiva) e nuclear (ou do fundo de direito).....	342
8.9.12.2.	Regra geral em relações de trato sucessivo.....	342
8.9.12.3.	Exemplos.....	343
8.9.13.	Prazos.....	344
8.9.13.1.	Regras gerais.....	344
8.9.13.2.	Casos especiais.....	345

8.10.	Decadência.....	354
8.10.1.	Definição.....	354
8.10.2.	Espécies.....	354
8.10.3.	Prazos.....	355
8.10.4.	Casos de ações perpétuas e o critério científico de Agnelo Amorim Filho	355
9.	Atos ilícitos.....	356
9.1.	Noções gerais.....	356
9.2.	Art. 186, CC: princípio do <i>neminem laedere</i>	356
9.2.1.	Requisitos	356
9.2.2.	O problema da dúvida jurídica razoável	356
9.3.	Abuso de direito.....	358
9.4.	Utilidade dos conceitos.....	358
9.5.	Excludentes de ilicitude	358
9.6.	Aprofundamento.....	359
9.6.1.	Estado de necessidade agressivo (<i>aggressiver Notstand</i> , § 904, BGB) e estado de necessidade defensivo (<i>defensiver Notstand</i> , § 228, BGB): aportes do direito alemão	359
9.6.2.	<i>Lex Rhodia</i> e o estado de necessidade agressivo	360
9.6.3.	Avaria grossa e a lei ródia (art. 764, CCom, e arts. 707 e ss., CPC)	360
9.6.4.	Arribada forçada e estado de necessidade agressivo	360
9.6.5.	Arribada forçada e os ordenamentos jurídicos de matriz anglo-saxã: o caso <i>Vincent v. Lake Erie Transp. Co.</i>	361
9.6.6.	Estado de necessidade e o procedimento especial de ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo (art. 766 ss., CPC).....	361
9.6.7.	Outras influências do direito romano sobre o CPC/2015.....	362
10.	Prova dos fatos jurídicos.....	366
11.	O Direito Civil em tempos de desastres (pandemia, guerras, catástrofes etc.)	367
11.1.	Noções gerais.....	367
11.2.	Experiência da pandemia da Covid-19 e o Regime Jurídico Emergencial e Transitório em Direito Privado RJET (Lei nº 14.010/2020).....	368
3.	OBRIGAÇÕES	369
1.	Noções gerais	369
1.1.	Definição e visão panorâmica do livro das obrigações	369
1.2.	Direito romano e Idade Média: <i>res perit domino x periculum est emptoris</i>	370
1.3.	Força maior e ato de Deus (<i>act of God</i>)	370
1.4.	Elementos da obrigação.....	372
1.4.1.	Elemento subjetivo	372
1.4.2.	Elemento abstrato	372
1.4.3.	Elemento objetivo	373
1.4.3.1.	Objeto imediato e mediato.....	373
1.4.3.2.	Conteúdo patrimonial	373

1.5.	Obrigação quanto à exigibilidade: civil ou natural (moral ou incompleta)	374
1.6.	Fim primário e secundário da obrigação	375
1.7.	Débito e responsabilidade: <i>debitum sine obligatione</i> e <i>Schuld ohne Haftung</i>	375
1.8.	Direito romano: exclusão do enriquecimento sem causa (<i>condictio indebiti</i>) na obrigação natural (<i>obligatio naturalis</i>)	376
1.9.	Débito e responsabilidade: <i>obligatio sine debito</i> e <i>Haftung ohne Schuld</i>	376
1.10.	Concepção moderna de obrigação	377
1.10.1.	Obrigação como processo	377
1.10.2.	Deveres principais, secundários e anexos e violação positiva do contrato	378
1.10.2.1.	Definições e reflexões de nomenclatura na Alemanha	378
1.10.2.2.	Exemplos de violação positiva do contrato	380
1.10.2.3.	Violação positiva do contrato: histórico e utilidade, no Brasil, restrita ao descumprimento de deveres anexos	380
1.10.3.	Deveres anexos para o credor	382
1.10.4.	Inadimplemento mínimo, adimplemento substancial ou da <i>substantial performance</i>	382
1.10.5.	<i>Duty to mitigate the loss</i> ou o dever de mitigar as próprias perdas	384
1.10.6.	Regra da irreparabilidade do dano evitável	385
2.	Modalidades das obrigações	386
2.1.	Importância prática das classificações	386
2.2.	Classificação quanto ao objeto	387
2.2.1.	Obrigação de dar coisa certa	387
2.2.1.1.	Definição	388
2.2.1.2.	Lógicas de justiça	388
2.2.1.3.	Melhoramentos e frutos na coisa certa	397
2.2.1.4.	Meios processuais para execução	398
2.2.2.	Obrigação de dar coisa incerta	399
2.2.2.1.	Definição	399
2.2.2.2.	Fase da concentração ou da concretização	399
2.2.2.3.	Teoria do risco: <i>genus nunquam perit</i>	400
2.2.2.4.	Meios processuais para execução	401
2.2.2.5.	Coisa incerta/certa vs. coisa fungível/infungível ...	401
2.2.2.6.	Caso da Cédula de Produto Rural e o <i>genus nunquam perit</i>	402
2.2.3.	Obrigação de fazer	403
2.2.3.1.	Definição	403
2.2.3.2.	Meios processuais para execução	404
2.2.4.	Obrigação de não fazer	404
2.3.	Classificação quanto à pluralidade de objetos	405

2.3.1.	Obrigação simples.....	405
2.3.2.	Obrigação composta.....	406
2.3.2.1.	Obrigação cumulativa ou conjuntiva.....	406
2.3.2.2.	Obrigação alternativa.....	406
2.3.3.	Obrigação facultativa.....	409
2.4.	Classificação quanto à pluralidade de sujeitos.....	410
2.4.1.	Obrigação divisível.....	410
2.4.2.	Obrigação indivisível.....	411
2.4.2.1.	Definição.....	411
2.4.2.2.	Pluralidade de devedores.....	412
2.4.2.3.	Pluralidade de credores.....	413
2.4.3.	Obrigação solidária.....	416
2.4.3.1.	Noções gerais.....	417
2.4.3.2.	Solidariedade ativa.....	418
2.4.3.3.	Solidariedade passiva.....	420
2.4.3.4.	Solidariedade mista.....	425
2.4.3.5.	Outras questões.....	425
2.4.3.6.	Caso especial: a penhora em conta conjunta por dívida de um cotitular.....	426
2.5.	Classificação de uma obrigação em relação a outras: o caso das obrigações <i>in solidum</i>	427
2.5.1.	Conceituação.....	427
2.5.2.	Obrigações <i>in solidum</i> e obrigações solidárias (ou correais) no direito romano, no direito civil alemão e no direito civil francês: breves apontamentos.....	428
2.6.	Questões especiais.....	429
2.6.1.	Obrigações solidárias como <i>joint liability</i> e o problema da responsabilidade vicária (por fato de terceiro) objetiva.....	429
2.6.2.	"Violação de obrigação de supervisão" (<i>Aufsichtspflichtverletzung</i>) no Direito Civil alemão: alternativa à responsabilidade objetiva e à exigência de culpa <i>in eligendo</i> ou <i>in vigilando</i>	429
2.6.3.	Exemplos de responsabilidade vicária no Brasil.....	430
3.	Transmissão das obrigações.....	430
3.1.	Cessão de crédito.....	430
3.1.1.	Definição.....	431
3.1.2.	Cessão de crédito e cessão de direito.....	431
3.1.3.	Importância no sistema econômico.....	431
3.1.4.	Cabimento.....	432
3.1.5.	Notificação ao devedor.....	433
3.1.6.	Manutenção das prerrogativas do crédito cedido e o caso da prisão civil.....	433
3.1.7.	Cessão <i>pro soluto</i> e cessão <i>pro solvendo</i>	434
3.1.8.	Evicção e cessão de crédito.....	435
3.1.9.	Pluralidade de cessões do mesmo crédito.....	436
3.1.10.	Penhora de crédito.....	436

3.1.11.	Casos especiais	437
3.1.11.1.	Pagamento com cheque de terceiro.....	437
3.2.	Assunção de dívida.....	438
3.2.1.	Definição.....	438
3.2.2.	Consentimento do credor.....	439
3.2.3.	Efeitos da assunção.....	439
3.2.3.1.	Efeito liberatório	439
3.2.3.2.	Extinção das garantias dadas pelo devedor primitivo.....	440
3.2.3.3.	Extinção das exceções pessoais do devedor primitivo.....	441
3.2.3.4.	Exceções comuns ou ambulatoriais: acompanham ou perseguem a obrigação.....	441
3.2.4.	Espécies de assunção de dívida.....	441
3.2.4.1.	Liberatória e cumulativa (com aportes da Alemanha e do Direito Romano).....	441
3.2.4.2.	Por expromissão ou por delegação.....	442
3.2.5.	Invalidade da assunção: efeitos	443
3.2.6.	Casos especiais	443
3.2.6.1.	Assunção de dívida no caso de alienação de estabelecimento comercial.....	443
3.3.	Cessão de contrato ou de posição contratual	444
3.4.	Casos especiais.....	444
3.4.1.	Contratos de gaveta	444
3.4.2.	Anuência do devedor para a cessão de crédito?.....	445
3.4.2.1.	Quadro atual sobre anuência do credor nos casos de cessão de bens objeto de garantia real.....	445
3.4.2.2.	Nossas ressalvas: adequada interpretação do art. 29 da Lei nº 9.514/1997 e proposta de mudança legislativa quanto a normas que exigem consentimento do credor para venda de imóveis objeto de garantia.....	445
4.	Extinção das obrigações.....	447
4.1.	Definição	447
4.2.	Pagamento direto ou adimplemento propriamente dito (<i>solutio propria</i>).....	448
4.3.	Pagamento indireto ou adimplemento impróprio (<i>solutio impropria</i>): os “sucudâneos do adimplemento” (<i>Erfüllungssurrogate</i>) do Direito Civil alemão.....	448
4.4.	Pagamento	449
4.4.1.	Definição e natureza jurídica.....	449
4.4.2.	Requisitos do pagamento	449
4.4.3.	Objeto do pagamento.....	450
4.4.3.1.	Princípio da exatidão (vedação do <i>aliud pro alio</i>): coisa diversa e pagamento parcial	450

4.4.3.2.	Dívidas em dinheiro: princípio do nominalismo e suas exceções (cláusula de escala móvel e teoria da imprevisão).....	451
4.4.3.3.	Desequilíbrio superveniente e sinalagma funcional x desequilíbrio congênito e sinalagma genético..	452
4.4.3.4.	Dívida em ouro ou em moeda estrangeira.....	452
4.4.3.5.	Medição e pesagem do objeto do pagamento....	452
4.4.4.	Prova do pagamento.....	453
4.4.5.	Lugar do pagamento: obrigações quesíveis (<i>quérables</i>), portáteis (<i>portables</i>) e mistas.....	454
4.4.6.	<i>Solvens</i> (quem pode pagar).....	456
4.4.6.1.	Devedor e seu representante.....	456
4.4.6.2.	Terceiro interessado.....	456
4.4.6.3.	Terceiro não interessado.....	457
4.4.6.4.	Pagamento mediante entrega de coisa por quem não é dono.....	459
4.4.6.5.	Dívida de alimentos e pagamento por terceiro....	460
4.4.7.	<i>Accipiens</i> (a quem pagar).....	460
4.5.	Pagamento em consignação.....	462
4.5.1.	Definição e importância.....	462
4.5.2.	Hipóteses de cabimento.....	463
4.5.3.	Consequências de consignações fora das hipóteses legais.....	463
4.5.4.	Levantamento do depósito.....	464
4.5.5.	Consignação em pagamento: obrigação ou ônus?.....	464
4.5.5.1.	Causa subjetiva imputada ao credor.....	464
4.5.5.2.	Causa objetiva ou causa subjetiva sem culpa do credor.....	465
4.5.6.	Controvérsia sobre o objeto do pagamento: problemas práticos para o depósito em juízo e o afastamento dos encargos moratórios.....	465
4.6.	Pagamento com sub-rogação.....	466
4.6.1.	Definição.....	466
4.6.2.	Sub-rogação pessoal vs. sub-rogação real.....	467
4.6.3.	Sub-rogação vs. direito de regresso?.....	468
4.6.4.	Pagamento parcial pelo sub-rogado: conflito com credor originário.....	469
4.6.5.	Breve histórico.....	469
4.6.6.	Aprofundamento: sub-rogação é extinção ou transmissão das obrigações?.....	470
4.6.6.1.	Corrente da extinção “referencial” da obrigação: teoria da <i>opération à double face</i>	470
4.6.6.2.	Corrente da mera transmissão da obrigação.....	472
4.6.6.3.	Por uma terceira corrente.....	473
4.6.7.	Espécies.....	474
4.6.7.1.	Legal.....	474

4.6.7.2.	Convencional.....	475
4.6.8.	Distinções práticas com outras figuras: caso da prescrição	476
4.6.9.	Distinções entre sub-rogação e novação subjetiva.....	476
4.6.10.	Distinções entre sub-rogação e cessão de crédito.....	477
4.7.	Imputação do pagamento.....	477
4.7.1.	Definição e requisitos.....	477
4.7.2.	Direito do devedor.....	478
4.7.3.	Silêncio, ainda que implícito, do devedor.....	478
4.8.	Dação em pagamento.....	479
4.8.1.	Definição.....	479
4.8.2.	Regras de compra e venda.....	479
4.8.3.	Dação em pagamento de título de crédito.....	479
4.8.4.	Evicção da coisa ou do direito dada em pagamento.....	480
4.9.	Novação.....	481
4.9.1.	Definição e requisitos.....	481
4.9.2.	Requisitos.....	482
4.9.2.1.	Efeitos da extinção de obrigação anterior	482
4.9.2.2.	<i>Aliquid novi</i> e espécies de novação.....	482
4.9.2.3.	<i>Animus novandi</i>	483
4.9.2.4.	Novação por meio da emissão de título de crédito.....	483
4.9.2.5.	Novação de obrigações inválidas?.....	484
4.9.2.6.	Novação de obrigações naturais?.....	484
4.9.2.7.	Novação entre credor e um codevedor solidário... ..	484
4.9.2.8.	Exemplo de utilidade: novos prazos prescricionais.....	484
4.10.	Compensação.....	485
4.10.1.	Definição.....	486
4.10.2.	Requisitos.....	486
4.10.3.	Espécies	486
4.10.4.	Momento de extinção da obrigação pela compensação	487
4.10.5.	Renúncia expressa e tácita à compensação.....	487
4.10.5.1.	Definições.....	487
4.10.5.2.	Casos especiais.....	487
4.10.6.	Princípio da personalidade	488
4.10.6.1.	Definição	488
4.10.6.2.	Exceções.....	489
4.10.7.	Penhora do crédito por terceiros antes da existência de reciprocidade de obrigações.....	490
4.10.8.	Vedação à compensação.....	491
4.10.8.1.	Motivo de extrema torpeza.....	491
4.10.8.2.	Motivo de respeito à natureza da dívida.....	492
4.10.8.3.	Motivo de impenhorabilidade	492
4.11.	Confusão	493

4.12.	Confusão e os honorários devidos pela União à Defensoria Pública da União (DPU).....	493
4.13.	Remissão das dívidas.....	494
5.	Inadimplemento das obrigações.....	494
5.1.	Definição e interface com contratos.....	494
5.2.	Espécies de inadimplemento: absoluto e relativo.....	495
5.2.1.	Inadimplemento absoluto.....	496
5.2.1.1.	Perdas e danos.....	496
5.2.1.2.	Cláusula penal compensatória.....	497
5.2.1.3.	Honorários advocatícios.....	500
5.2.1.4.	Custas judiciais.....	503
5.2.1.5.	Outras despesas de cobrança.....	503
5.2.2.	Inadimplemento relativo.....	503
5.2.2.1.	Noções gerais.....	503
5.2.2.2.	Período da normalidade e da anormalidade obrigacional: diferença de juros (remuneratórios e moratórios), correção monetária e aprofundamento de outros encargos moratórios.....	504
5.2.2.3.	Encargos moratórios.....	506
5.3.	Mora.....	515
5.3.1.	Definição.....	515
5.3.2.	Notas sobre a mora e seus efeitos no direito romano: BGB e <i>dies interpellat pro homine</i> ; apropriação antropofágica do direito romano.....	516
5.3.3.	Mora do credor.....	517
5.3.3.1.	Noções gerais e efeitos na conservação da coisa bem, na oscilação do preço e no contrato.....	517
5.3.3.2.	Frutos da coisa (incluindo os juros remuneratórios) e a <i>mora creditoris</i> : obrigação de dar e de restituir e exemplo do inquilino que tenta devolver o imóvel.....	518
5.3.4.	<i>Mora</i> do devedor: perpetuação da obrigação (<i>perpetuatio obligationis</i>) e outros efeitos.....	519
5.3.5.	<i>Mora</i> simultânea e mora sucessiva.....	520
5.3.6.	Purga ou emenda da mora.....	520
5.3.7.	Constituição da mora do devedor.....	521
5.3.7.1.	<i>Mora ex re</i> ou automática.....	521
5.3.7.2.	<i>Mora ex persona</i> ou pendente.....	522
5.3.7.3.	Termo inicial dos juros moratórios e da correção monetária na responsabilidade civil contratual e extracontratual.....	523
5.3.8.	Descaracterização da mora do devedor no caso de cobranças indevidas no período da normalidade.....	523
5.3.9.	Efeitos da mora na obrigação de fazer e não fazer.....	523
5.3.10.	Efeitos da mora na obrigação de dar.....	524

	5.3.10.1. Dever de conservação da coisa e direito a ressarcimento com as correspondentes despesas.....	524
5.4.	Abono de pontualidade ou desconto por pagamento antecipado.....	524
5.5.	Arras	525
	5.5.1. Definição.....	526
	5.5.2. Conseqüências da inexecução da obrigação.....	526
	5.5.3. Espécies.....	526
	5.5.3.1. Arras penitenciais (art. 420, CC)	527
	5.5.3.2. Arras confirmatórias (art. 419, CC)	527
	5.5.4. Vedação de cumulação com cláusula penal compensatória ...	527
	5.5.5. Arras vs. cláusula penal.....	528
	5.5.6. Limites	528
4.	CONTRATOS EM GERAL.....	529
1.	Noções gerais de contratos	529
	1.1. Definição	529
	1.2. Economicidade dos contratos.....	530
	1.3. Fim e limite dos contratos.....	531
	1.4. Vedação ao pacto de corvina (pacto corvino, pacto sucessório ou <i>pacta corvina</i>).....	531
	1.5. Frustração do fim do contrato.....	532
	1.6. Quebra da base objetiva do contrato.....	533
	1.7. Crise dos contratos.....	533
	1.8. Elementos do contrato.....	533
2.	Formação dos contratos.....	534
	2.1. Fase da puntação ou das negociações preliminares.....	534
	2.1.1. Definição.....	534
	2.1.2. Responsabilidade pré-contratual (por culpa <i>in contrahendo</i>) ...	534
	2.2. Fase da proposta, da policitação ou da oblação	536
	2.2.1. Noções gerais	536
	2.2.2. Contratos entre presentes.....	536
	2.2.3. Contratos entre ausentes.....	536
	2.2.4. Retratação da aceitação.....	537
	2.2.5. Alerta quanto ao momento de nascimento do contrato.....	537
	2.2.6. Lugar do contrato.....	537
	2.2.7. Relação de consumo	538
	2.3. Fase do contrato	538
3.	Princípios contratuais	538
	3.1. Princípio da obrigatoriedade, da força obrigatória ou do consensualismo	538
	3.2. Princípio da autonomia da vontade	539
	3.3. Princípio da supremacia da ordem pública	539
	3.4. Princípio da função social	540
	3.5. Princípio da boa-fé e a responsabilidade pré-contratual, contratual e <i>post factum finitum</i>	540

3.5.1.	Conceitos.....	540
3.5.2.	Superendividamento do consumidor e a boa-fé.....	541
3.6.	Princípio da revisão dos contratos.....	542
3.7.	Princípio da relatividade dos efeitos do contrato ou da <i>res inter alios acta</i>	542
3.7.1.	Exceções.....	543
3.7.1.1.	Herdeiro a título universal	543
3.7.1.2.	Estipulação em favor de terceiro.....	543
3.7.1.3.	Contrato com pessoa a declarar ou “cláusula <i>pro amico eligendo</i> ”.....	544
3.7.1.4.	Promessa de fato de terceiro	545
3.7.1.5.	Doutrina do terceiro cúmplice e tutela externa do crédito.....	548
4.	Classificação dos contratos, utilidade e seus efeitos.....	554
4.1.	Quanto à formalidade	554
4.1.1.	Categorias.....	554
4.2.	Quanto à natureza jurídica	555
4.3.	Quanto à obrigação das partes envolvidas.....	556
4.3.1.	Categorias.....	556
4.3.2.	Utilidade.....	557
4.3.2.1.	Medidas após o vencimento da obrigação: as exceções pós-vencimento.....	557
4.3.2.2.	Medidas antes do vencimento da obrigação: as exceções de pré-vencimento.....	559
4.4.	Quanto ao sacrifício patrimonial das partes.....	574
4.4.1.	Categorias.....	574
4.4.2.	Utilidades.....	575
4.4.2.1.	Princípio da proteção simplificada do agraciado....	575
4.4.2.2.	Princípio da garantia e princípio da comutatividade: fundamentos da evicção e dos vícios redibitórios.....	576
4.4.2.3.	Vícios redibitórios.....	577
4.4.2.4.	Evicção	586
4.5.	Quanto ao risco das prestações.....	592
4.5.1.	Categorias.....	592
4.5.1.1.	Comutativo ou pré-estimado.....	592
4.5.1.2.	Aleatório.....	592
4.5.2.	Utilidades.....	593
4.5.2.1.	Enfrentamento do risco: exemplo dos negócios agrários.....	593
4.6.	Quanto à negociação das partes.....	595
4.6.1.	Categorias.....	595
4.6.1.1.	Contrato paritário.....	595
4.6.1.2.	Contrato de adesão.....	595
4.6.2.	Utilidade	596

	4.6.2.1.	Regras de interpretação: cláusulas ambíguas ou contraditórias	596
	4.6.2.2.	Renúncia antecipada a direito resultante do contrato	596
	4.6.2.3.	Tutela do abuso do direito nos contratos de adesão: caso da cláusula de eleição de foro	596
4.7.		Quanto ao momento do cumprimento	597
	4.7.1.	Categorias	597
	4.7.1.1.	Contrato de execução instantânea	597
	4.7.1.2.	Contrato de execução diferida	597
	4.7.1.3.	Contrato de execução continuada	597
	4.7.2.	Utilidade	598
	4.7.2.1.	Teoria da imprevisão	598
	4.7.2.2.	Teoria do rompimento das bases objetivas do negócio jurídico (CDC)	607
4.8.		Quanto à designação da lei	608
	4.8.1.	Categorias (nominados e inominados) e utilidade	608
4.9.		Quanto à disciplina legal	608
	4.9.1.	Categorias	608
	4.9.1.1.	Típico	608
	4.9.1.2.	Atípico	608
	4.9.1.3.	Misto	609
	4.9.2.	Considerações	609
	4.9.2.1.	Distinção em relação aos contratos nominados e inominados	609
4.10.		Quanto à independência do contrato	609
	4.10.1.	Categorias	609
	4.10.1.1.	Autônomos	609
	4.10.1.2.	Conexos	610
5.		Extinção dos contratos	618
	5.1.	Formas de extinção	618
	5.2.	Resolução por inadimplemento: definição	620
	5.3.	Resilição unilateral	620
	5.3.1.	Definição e cabimento	620
	5.3.2.	Vedação no caso de investimento considerável (resilição unilateral abusiva): consequência, afastamento por cláusula contratual e o caso da Unimed	621
	5.4.	Resilição bilateral ou distrato	622
	5.5.	Momento da extinção do contrato na rescisão	623
	5.5.1.	Resilição bilateral	623
	5.5.2.	Resilição unilateral	623
	5.5.3.	Cláusula resolutiva e a resolução	623
	5.5.3.1.	Cláusula resolutiva expressa e formalidades para provar seu implemento	623
	5.5.3.2.	Cláusula resolutiva tácita: interpelação, sentença, ato de tabelião de notas ou outra forma?	625

5.5.3.3.	Resolução por inadimplemento.....	626
5.5.3.4.	O pacto comissório em contratos de compra e venda.....	628
5.5.3.5.	O protesto como prova do inadimplemento como condição resolutiva.....	628
5.6.	Casos especiais.....	628
5.6.1.	Direito de arrependimento: conceito, consumidor, imóvel na planta e promessa de compra e venda.....	628
5.6.2.	Liberação do imóvel “na planta” objeto de promessa de compra e venda no Registro de Imóveis.....	629
5.6.2.1.	Casos de rescisão unilateral.....	629
5.6.2.2.	Casos de resolução por inadimplemento do preço.....	629
5.6.3.	Escolha entre resolução ou tutela específica antes da sentença.....	630
5.	CONTRATOS EM ESPÉCIE, ATOS UNILATERAIS E PREFERÊNCIAS CREDITÓRIAS.....	631
1.	Considerações gerais.....	631
2.	Compra e venda.....	632
2.1.	Contrato bilateral, consensual e oneroso.....	632
2.2.	Legislação e caso de venda de imóveis.....	632
2.3.	Elementos do contrato de compra e venda.....	632
2.3.1.	Coisa.....	632
2.3.1.1.	Coisa corpórea, atual ou futura e determinável ou determinada.....	632
2.3.1.2.	Riscos pelo perecimento da coisa.....	633
2.3.2.	Preço.....	634
2.3.2.1.	Flexibilização ao <i>sine pretio nulla venditio</i>	634
2.3.2.2.	Preço em dinheiro e problema de preço parcial em bem diverso de dinheiro.....	634
2.3.2.3.	O preço na Cédula de Produto Rural.....	635
2.3.3.	Consentimento.....	635
2.4.	Despesas do contrato.....	635
2.5.	Compra e venda entre parentes.....	635
2.5.1.	Venda entre cônjuges.....	635
2.5.2.	Venda para descendentes.....	636
2.5.2.1.	Prova de prejuízo.....	636
2.5.2.2.	Anulabilidade, decadência e legitimidade.....	636
2.5.2.3.	Compra por interposta pessoa.....	637
2.5.2.4.	Forma do consentimento.....	637
2.5.2.5.	Consentimento do cônjuge.....	637
2.5.2.6.	Consentimento de companheiro.....	638
2.5.2.7.	Consentimento dos descendentes.....	638
2.5.2.8.	Desnecessidade de consentimento dos cônjuges dos descendentes.....	638

	2.5.2.9.	Descendente ou cônjuge incapaz.....	638
	2.5.2.10.	Consentimento de ascendente.....	639
	2.5.2.11.	Falta de consentimento de descendente desconhecido.....	639
	2.5.2.12.	Outros negócios de transmissão onerosa de bens e o caso da hipoteca e de outros direitos reais de garantia.....	639
2.6.		Diferença de área na aquisição de imóveis.....	639
	2.6.1.	Tipos de vendas quanto à relevância da área: venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	639
	2.6.2.	Presunção relativa de venda <i>ad corpus</i>	640
	2.6.3.	Caso da venda de apartamentos “na planta”.....	640
	2.6.4.	Efeitos jurídicos.....	640
	2.6.5.	Decadência.....	641
	2.6.5.1.	Regra geral.....	641
	2.6.5.2.	Reflexões sobre o termo inicial.....	641
	2.6.5.3.	Inaplicabilidade de prazo prescricional.....	642
2.7.		Cláusulas especiais da compra e venda.....	642
	2.7.1.	Noções gerais.....	642
	2.7.2.	Retrovenda, direito de retrato ou direito de resgate.....	643
	2.7.3.	Venda a contento e venda sujeita a prova.....	643
	2.7.4.	Preferência, prelação ou preferência.....	644
	2.7.5.	Venda com reserva de domínio.....	644
	2.7.5.1.	Definição e constituição.....	644
	2.7.5.2.	Só para bens móveis.....	644
	2.7.5.3.	Percimento da coisa.....	645
	2.7.5.4.	Necessidade de notificação prévia à retomada do bem.....	645
	2.7.6.	Venda sobre (ou contra) documento.....	645
3.		Troca ou permuta.....	646
	3.1.	Definição e disciplina legal.....	646
	3.2.	Caso de permuta de terreno por unidades futuras: cautelas práticas... ..	647
	3.3.	Permuta de bens de valores desiguais (com ou sem torna) e o problema do ITCD sobre a diferença.....	647
4.		Contrato estimatório.....	648
	4.1.	Definição.....	648
	4.2.	Há transferência da propriedade ao consignatário?.....	648
	4.3.	Impenhorabilidade do bem por dívida do consignatário.....	648
	4.4.	Transferência dos riscos da coisa para o consignatário (<i>periculum est emptoris</i>).....	648
	4.5.	Prazo do contrato estimatório.....	649
	4.6.	Formas de restituição da coisa pelo consignatário.....	649
5.		Doação.....	649
	5.1.	Definição.....	649
	5.2.	Elementos do contrato de doação.....	649
	5.3.	Quem pode doar?.....	649

5.4.	Quem pode ser donatário?	650
5.5.	Aceitação do donatário	650
5.6.	Forma e a doação manual	650
5.7.	Objeto da doação	650
5.8.	Espécies de doação	651
5.8.1.	Doação pura, simples ou típica (<i>vera et absoluta</i>)	651
5.8.2.	Doação onerosa, modal, com encargo ou gravada (<i>donatione sub modo</i>)	651
5.8.3.	Doação remuneratória	652
5.8.4.	Doação mista (<i>negotium mixtum cum donatione</i>)	652
5.8.5.	Doação contemplativa, meritória ou em contemplação de merecimento do donatário	652
5.8.6.	Doação a nascituro	653
5.8.7.	Doação a concepturo	653
5.8.8.	Doação em forma de subvenção periódica	653
5.8.9.	Doação em contemplação de casamento futuro ou doação <i>propter nuptias</i>	653
5.8.10.	Doação conjuntiva	654
5.8.11.	Doação com cláusula de retorno ou reversão	654
5.8.12.	Doação a entidade futura	654
5.8.13.	Doação universal	654
5.8.14.	Doação de cônjuge adúltero a seu cúmplice	655
5.8.15.	Doação entre cônjuge e os regimes de bens	655
	5.8.15.1. Regimes voluntários diversos do da comunhão universal	655
	5.8.15.2. Regime da comunhão universal	655
	5.8.15.3. Regime da separação legal	657
5.9.	Doação e a proteção da legítima	657
5.9.1.	Noções gerais	657
5.9.2.	Doação inoficiosa	658
	5.9.2.1. Definição e nulidade parcial	658
	5.9.2.2. Momento da declaração de nulidade	658
	5.9.2.3. Doações sucessivas como burla à inoficiosidade ...	658
	5.9.2.4. Aplicabilidade mesmo para doações a cônjuge ...	658
5.9.3.	Doação a cônjuge ou a descendente como antecipação de herança e doação a ascendente	658
	5.9.3.1. Proteção da legítima	658
	5.9.3.2. Dever de colação e a dispensa de colação	659
	5.9.3.3. Dispensa de colação pós-doação	660
	5.9.3.4. Irrelevância de empobrecimento posterior do doador	662
	5.9.3.5. Sucessivas doações e a dispensa de colação	662
	5.9.3.6. Doação a ascendente	663
	5.9.3.7. Doação a ex-cônjuge	663

5.9.3.8.	Doação a cônjuge nos casos de não concorrência com descendentes	663
5.10.	Revogação da doação.....	664
5.10.1.	Inexecução de encargo	664
5.10.2.	Ingratidão.....	664
5.11.	Questões especiais	665
5.11.1.	Dízimos, contribuições ou oferendas religiosos: espécie de contrato atípico	665
6.	Empréstimo: locação, comodato e mútuo	666
6.1.	Noções gerais.....	666
6.2.	Locação	666
6.2.1.	Definição.....	666
6.2.2.	Legislação.....	667
6.2.3.	Características.....	667
6.2.4.	Coisa a ser locada.....	667
6.2.4.1.	Coisa consumível.....	667
6.2.4.2.	Coisa inalienável	667
6.2.4.3.	Bem incorpóreo ou direitos.....	667
6.2.4.4.	Coisa em condomínio.....	668
6.2.5.	Preço.....	668
6.3.	Cláusula de vigência da locação no caso de alienação da coisa.....	668
6.3.1.	Regra geral	668
6.3.2.	Discussão sobre flexibilização do registro da cláusula	668
6.4.	Comodato	669
6.4.1.	Definição.....	669
6.4.2.	Características.....	669
6.4.3.	Temporiedade do contrato: vedação de prazos eternos	670
6.4.4.	Dever de cuidado especial do comodatário.....	670
6.4.4.1.	Noções gerais.....	670
6.4.4.2.	Aprofundamento: origens romanísticas e responsabilidade por custódia.....	670
6.4.5.	Extinção.....	671
6.4.6.	Cobrança de “aluguel-pena”	672
6.5.	Mútuo.....	672
7.	Prestação de serviço	673
7.1.	Definição	673
7.2.	Características	673
7.3.	Objeto.....	674
7.4.	Pessoa jurídica como prestador de serviço.....	674
7.5.	Remuneração	674
7.6.	Prazo máximo	674
7.7.	Prestação de serviço sem habilitação ou exigência legal	675
7.8.	Extinção do contrato de prestação de serviço	675
7.9.	Aliciamento de mão de obra	675

8.	Empreitada.....	675
8.1.	Definição	675
8.2.	Classificação da empreitada quanto ao fornecimento de materiais	676
8.2.1.	Empreitada de execução, de labor ou de mão de obra.....	676
8.2.2.	Empreitada de material ou mista	676
8.3.	Outras classificações	677
8.3.1.	Empreitada propriamente dita vs. empreitada sob administração	677
8.3.2.	Distinção entre empreitada a preço fixo e empreitada a preço por medida.....	677
8.4.	Subempreitada.....	678
8.5.	<i>Engineering</i>	679
8.6.	Prerrogativas do crédito do empreiteiro: privilégio especial e direito de retenção.....	679
8.7.	Responsabilidade civil do empreiteiro.....	679
8.7.1.	Noções gerais.....	679
8.7.2.	Vício que não afeta a solidez ou a segurança da obra.....	679
8.7.3.	Vício que afeta a solidez ou a segurança da obra	680
8.7.4.	Ilícito contratual consistente da má execução da obra contratada.....	680
9.	Depósito	681
9.1.	Legislação.....	681
9.2.	Definição.....	681
9.3.	Objeto.....	681
9.4.	Características	681
9.5.	Espécies de depósito.....	682
9.6.	Local de restituição	682
9.7.	Percimento da coisa.....	682
10.	Mandato.....	683
10.1.	Legislação.....	683
10.2.	Definição e espécies (judicial e extrajudicial)	683
10.3.	Natureza personalíssima	683
10.4.	Forma do mandato	683
10.4.1.	Contrato não solene.....	683
10.4.2.	Procuração	683
10.4.3.	Aceitação tácita do mandatário.....	684
10.4.4.	Princípio da atração das formas ou do paralelismo das formas	684
10.4.5.	Procuração <i>apud acta</i>	684
10.4.6.	Mandato por cegos e analfabetos.....	684
10.4.7.	Reconhecimento de firma em procuração.....	684
10.5.	Objeto do mandato	685
10.6.	Classificação	685
10.6.1.	Quanto à extensão dos poderes (mandato em termos gerais e mandato com poderes gerais) e os poderes implícitos.....	685

10.6.2.	Quanto aos atos a serem praticados (mandato geral e mandato especial).....	685
10.6.3.	Quanto à pluralidade de mandatários.....	686
10.7.	Presunção de gratuidade.....	686
10.8.	Representação vs. mandato.....	686
10.9.	Mandato e representação vs. nunciatura.....	686
10.10.	Incapaz como mandante.....	687
10.11.	Incapaz como mandatário.....	687
10.12.	Proibições legais de ser mandatário.....	687
10.13.	Substabelecimento.....	688
10.13.1.	Definição, cabimento e responsabilidade civil do substabelecente.....	688
10.13.2.	Espécies de substabelecimento: com ou sem reserva de poderes.....	689
10.13.3.	Caso prático: apropriação indébita por advogado substabelecido.....	689
10.13.4.	Forma do substabelecimento.....	690
10.14.	Procuração em causa própria.....	691
10.14.1.	Regime jurídico.....	691
10.14.2.	Utilização prática.....	691
10.14.2.1.	Formas indiretas de “vender bens” e o problema do ITBI e do registro no cartório.....	691
10.14.2.2.	Forma de prorrogar a venda do imóvel por conta de uma pendência.....	692
10.14.2.3.	Forma de “contratos de gaveta” para imóvel financiado.....	692
10.15.	Obrigações do mandatário.....	692
10.16.	Obrigações do mandante.....	693
10.16.1.	Dever perante terceiros.....	693
10.16.2.	Dever perante mandatário: remuneração e indenização.....	693
10.16.3.	Garantias para o mandatário: direito de retenção e solidariedade passiva.....	693
10.17.	Conflito de interesse.....	693
10.17.1.	Noções gerais.....	693
10.17.2.	Uma mesma pessoa como mandatária das partes de um contrato: é possível?.....	694
10.18.	Excesso de poderes: o mandante e o terceiro.....	695
10.19.	Extinção do mandato.....	695
10.19.1.	Hipóteses.....	695
10.19.2.	Revogação.....	695
10.19.2.1.	Espécies e natureza receptícia.....	695
10.19.2.2.	Cláusula de irrevogabilidade: casos de ineficácia... ..	696
10.19.2.3.	Caso prático: cláusula-mandato em escrituras de compra e venda.....	696
10.19.3.	Morte ou interdição de qualquer das partes.....	696
10.19.3.1.	Noções gerais.....	696

10.19.3.2. Questões importantes	697
10.20. Mandato aparente	698
10.21. Questões especiais	699
10.21.1. Cláusula-mandato: instituições financeiras, administradora de cartão de crédito e o caso do cartão de crédito <i>private label</i>	699
11. Contratos empresariais para “revenda” de produtos e serviços: comissão, agência e distribuição	701
11.1. Comissão	701
11.2. Agência e distribuição	702
12. Corretagem.....	704
12.1. Legislação.....	704
12.2. Definição	704
12.3. Características	704
12.4. Obrigação de resultado e remuneração: caso de negligência do cor- retor	704
12.5. Invalidez do negócio e a remuneração.....	705
12.6. Negócio realizado diretamente entre comitente e a parte, sem inter- venção do corretor	705
12.7. Intermediação por mais de um corretor	705
12.8. Espécies de corretagem.....	706
12.8.1. Classificação tradicional	706
12.8.2. Classificação mais moderna	706
12.9. Perspectivas futuras da corretagem.....	707
13. Transporte	707
14. Seguro	708
14.1. Legislação.....	708
14.2. Definição	708
14.3. Sujeitos envolvidos no contrato de seguro.....	708
14.4. Contrato aleatório ou comutativo?.....	709
14.5. Contrato de forma livre ou solene?.....	709
14.6. Prestação da seguradora	710
14.7. Contrato de adesão.....	710
14.8. Elementos essenciais do seguro	710
14.9. Regras relativas à proteção da boa-fé nos contratos de seguro.....	711
14.10. Cláusula de recondução tácita do contrato pelo mesmo prazo	711
14.11. Reserva técnica	711
14.12. Resseguro.....	712
14.13. Cosseguro	712
14.14. Apólice vs. bilhete de seguro.....	712
14.15. Seguro em grupo (art. 801, CC)	712
14.16. Mora do segurado	713
14.17. Espécies	713
14.18. Seguro de dano.....	713
14.18.1. Definição, natureza jurídica e sub-rogação	713
14.18.2. Seguro cumulativo ou sobresseguro.....	714
14.18.3. Cláusula de rateio no caso de seguro parcial	714
14.18.4. Vício intrínseco da coisa	714

14.18.5.	Acordo do segurado com terceiros no caso de seguro de responsabilidade civil	714
14.18.6.	Casos práticos.....	715
14.18.6.1.	Seguro de veículos e a sub-rogação.....	715
14.18.6.2.	Seguro de incêndio vs. inquilino	716
14.18.6.3.	Inoponibilidade da cláusula de eleição de foro contra a seguradora	716
14.19.	Seguro de pessoa	716
14.19.1.	Noções gerais	716
14.19.2.	Espécies de seguro de pessoa	717
14.20.	Seguro de vida de terceiros	717
14.21.	Casos especiais.....	717
14.21.1.	Suicídio no seguro de vida: relevância só nos dois primeiros anos.....	717
14.21.1.1.	Seguro de veículo e acidente de trânsito.....	718
15.	Constituição de renda.....	720
15.1.	Definição	720
15.2.	Forma.....	720
15.3.	Proximidade com o legado de alimentos.....	720
15.4.	Constituição de renda onerosa sobre imóvel: subsiste como direito real? Cabe o registro na matrícula do imóvel?	720
15.5.	Impenhorabilidade da renda gratuita se houver pacto	721
15.6.	Limite temporal da constituição de renda.....	721
15.7.	Direito de crescer.....	721
15.8.	Resgate como forma de extinção da constituição de renda.....	721
16.	Jogo e aposta.....	722
16.1.	Legislação.....	722
16.2.	Definição	722
16.3.	Jogos institucionalizados ou não institucionalizados	722
16.4.	Jogos esportivos e não esportivos	722
16.5.	Jogos gratuitos institucionalizados ou não	722
16.6.	Classificação dos jogos e apostas	723
16.6.1.	Ilícitos ou proibidos	723
16.6.2.	Lícitos	723
16.7.	A questão da exigibilidade das dívidas de jogos ou apostas e os terceiros de boa-fé.....	723
16.8.	Questões especiais	724
16.8.1.	Exigibilidade de dívida de jogo no caso de violação da boa-fé objetiva	724
16.8.2.	Exigibilidade de empréstimos para jogos ou apostas	725
16.8.3.	Distinção em relação aos contratos diferenciais	725
16.9.	Sorteio como resolução de conflitos ou de divisão de coisas	725
17.	Fiança.....	725
17.1.	Legislação.....	725
17.2.	Definição	725
17.3.	Fiança onerosa?.....	726
17.4.	Interpretação e forma escrita	728

17.5.	Sub-rogação	728
17.6.	Benefício de divisão e benefício de ordem.....	728
17.6.1.	Cofiadores, solidariedade e benefício de divisão	728
17.6.2.	Benefício de ordem ou de excussão	728
17.6.3.	Aprofundamento: solidariedade passiva e o triplice privilégio da fiança na Roma antiga e no Brasil: benefício de ordem ou de excussão (<i>beneficium excussionis vel ordinis</i>), benefício da divisão (<i>beneficium divisionis</i>) e o benefício das ações cedidas ou de direito de regresso (<i>beneficium cedendarum actionum</i>)....	729
17.7.	Classificação quanto à extensão da obrigação (fiança total ou parcial).....	729
17.8.	Classificação quanto à duração	730
17.9.	Extinção	730
17.9.1.	Noção geral	730
17.9.2.	Alterações das condições da obrigação por vontade do credor	730
17.9.3.	Impossibilidade de sub-rogação por culpa do credor.....	730
17.9.4.	Exoneração (resilição unilateral) e o “prazo de rescaldo”	731
17.9.4.1.	Fiança por prazo determinado	731
17.9.4.2.	Fiança por prazo indeterminado	731
17.9.4.3.	Caso especial: notificação resilitória precoce na fiança por prazo determinado e comparação com o caso da Lei do Inquilinato.....	731
17.9.4.4.	Cláusula de renovação automática da fiança com a renovação do contrato principal.....	732
18.	Transação.....	732
18.1.	Legislação.....	732
18.2.	Definição	732
18.3.	Transação judicial e extrajudicial	732
18.4.	Objeto: direitos disponíveis.....	733
18.5.	Natureza declaratória	733
18.6.	Princípio da indivisibilidade da transação	733
18.7.	Interpretação restritiva.....	733
18.8.	Proteção de terceiros e o caso dos honorários sucumbenciais.....	733
18.9.	Restrições à anulabilidade	733
19.	Compromisso.....	734
20.	Contrato de administração fiduciária de garantias	734
20.1.	Noções gerais: definição e objeto	734
20.2.	Prestação de serviços ao devedor: discussão sobre eventual conflito de interesse e o dever de boa-fé perante credor e devedor	734
20.3.	Situação jurídica do agente de garantia: representação ou substituição?	735
20.4.	Limites dos poderes de substituição do agente de garantia	735
20.5.	Pluralidade de créditos com garantia e pluralidade de credores: polo contratual, gestão, substituição e rescisão.....	736
20.6.	Patrimônio de afetação e dever de repasse do pagamento aos credores	737
21.	Noções gerais.....	737

22.	Promessa de recompensa	737
23.	Gestão de negócios.....	738
23.1.	Definição	738
23.2.	Requisitos da gestão de negócio	738
23.3.	Espécies de gestão	739
23.4.	Vontade presumível do dono do negócio	739
23.5.	Vinculação do dono do negócio e seu dever de reembolsar ou indenizar	739
23.6.	Responsabilidade civil do gestor do negócio	739
23.7.	Caso prático: assinar contrato de internação de outrem no hospital ..	740
24.	Pagamento indevido e enriquecimento sem causa	741
24.1.	Apresentação do capítulo	741
24.2.	Direito do enriquecimento sem causa: histórico, direito comparado e opção brasileira.....	741
24.2.1.	Introdução.....	741
24.2.2.	O que é enriquecimento sem causa?.....	742
24.2.3.	Problema histórico	742
24.2.4.	Opção do CC	743
24.2.5.	Modelo romano	743
24.2.5.1.	Notas sobre a herança romanística	743
24.2.5.2.	Vale a pena estudar o direito romano hoje?.....	744
24.2.5.3.	Motivos para estudar o direito romano.....	744
24.2.5.4.	<i>As condictiones</i> : origem histórica e reflexões sobre o CC brasileiro.....	745
24.2.5.5.	Quase contratos: categoria do direito romano ainda existente no direito civil francês	746
24.2.5.6.	A quadripartição do direito romano: contratos, quase contratos, delitos e quase delitos	746
24.2.5.7.	Enriquecimento sem causa: regras claras	746
24.2.5.8.	Modelo romano propriamente dito	747
24.2.5.9.	<i>Condictio ob causam finita, condictio ob turpem uel iniustam causam</i> e <i>condictio ex causa furtiva</i>	747
24.2.5.10.	Repetição do indébito ou indevido (<i>indebitum solutum</i>)	748
24.2.5.11.	Enriquecimento por virtude de uma causa que deixou de existir	749
24.2.5.12.	Enriquecimento por falta do resultado previsto ...	749
24.2.5.13.	Considerações finais sobre a relevância do direito romano: as vidas ilustres dos romanistas	749
24.2.6.	Modelo alemão.....	752
24.2.6.1.	Enriquecimento sem causa por prestação (<i>Leistungskondiktio</i>)	752
24.2.6.2.	Enriquecimento sem causa por intervenção (<i>Einriffskondiktio</i>)	752
24.2.6.3.	Interface do direito restitutivo com outros ramos jurídicos: notas sobre os casos Blake (Reino Unido), Eduardo Cunha (Brasil) e O. J. Simpson (EUA)	753

24.3.	Pagamento indevido no CC.....	754
24.3.1.	Definição de repetição de indébito no CC	754
24.3.2.	Distinção em relação ao enriquecimento sem causa: o prazo prescricional como exemplo de utilidade prática.....	754
24.3.3.	Pagamento objetivamente indevido vs. pagamento subjetivamente indevido	754
24.3.4.	Dívida sujeita a condição e a termo suspensivos.....	755
24.3.5.	Definição e o erro como requisito	755
24.3.6.	Excludentes da repetição de indébito	755
24.3.6.1.	Obrigação natural	755
24.3.6.2.	Obrigação lícita	755
24.3.7.	Tutela da boa-fé de quem recebeu o pagamento	755
24.3.8.	Casos especiais	756
24.3.8.1.	Cobrança indevida em conta-corrente.....	756
24.3.8.2.	Cobrança indevida de tributos.....	756
24.3.8.3.	Repetição de indébito de obrigação de fazer ou de não fazer.....	756
24.3.8.4.	Repetição de indébito de obrigação de alienação de imóvel.....	756
24.4.	Enriquecimento sem causa no CC.....	757
24.4.1.	Noções gerais.....	757
24.4.2.	Dever de restituir o ganho ilícito e a ação <i>in rem verso</i>	757
24.4.3.	Correção monetária do valor a ser devido	757
24.4.4.	Requisitos da ação <i>in rem verso</i>	758
24.4.5.	Vantagens imateriais como ensejador de enriquecimento sem causa	758
24.4.6.	“Lucro da Intervenção” ou “enriquecimento sem causa por intervenção”.....	759
24.4.6.1.	Noções gerais.....	759
24.4.6.2.	Prescrição	760
24.4.6.3.	Enriquecimento sem causa por intervenção e o STJ: caso do uso indevido da imagem de uma atriz.....	760
24.4.6.4.	Quantificação do “lucro por intervenção” (enriquecimento sem causa por intervenção): aprofundamento	761
24.4.7.	Casos especiais	763
24.4.7.1.	Aproveitamento parasitário	763
24.4.7.2.	A jurisprudência do STJ e os casos Prada e Coco Bambu: aprofundamento e os supostos “lucros cessantes” do art. 210, LPI	763
24.4.7.3.	STJ e vedação da incidência de encargos bancários sobre valores a serem devolvidos por instituições financeiras ao mutuário em razão de cobranças ilícitas	764

24.4.8.	A restituição do ganho ilícito como um entre outros remédios do direito civil para fatos jurídicos ilícitos: experiências do direito britânico.....	765
24.4.8.1.	Ilícitos civis e remédios no direito civil brasileiro.....	765
24.4.8.2.	A restituição do ganho ilícito (vedação ao enriquecimento ilícito) e sua interface com a indenização (responsabilidade civil).....	766
25.	Preferências e privilégios creditórios.....	769
25.1.	Noções gerais.....	769
25.2.	Irrelevância da categorização antes da declaração de insolvência: princípio do <i>prior in tempore potior in iure vs.</i> princípio da <i>par conditio creditorum</i>	769
25.3.	Categorização hierárquica dos créditos.....	770
6.	RESPONSABILIDADE CIVIL	773
1.	Noções gerais.....	773
1.1.	Definição.....	773
1.2.	A independência das instâncias de responsabilidade (penal, administrativa e civil etc.) e o efeito pamprocessual do processo penal.....	774
1.2.1.	Noções gerais.....	775
1.2.2.	É preciso aguardar trânsito em julgado de condenação criminal?.....	776
1.2.3.	O art. 935 do CC como regra geral de direito.....	776
1.2.4.	A possibilidade de suspensão do processo civil: art. 315, CPC.....	777
1.2.5.	O efeito pamprocessual do processo penal e as exceções à independência das esferas.....	777
1.2.6.	O efeito pamprocessual do processo penal e as excludentes de ilicitude.....	779
1.2.6.1.	Noções gerais.....	779
1.2.6.2.	Estado de perigo agressivo (<i>aggressiver Notstand</i> , § 904, BGB) e defensivo (<i>defensiver notstand</i> , § 228, BGB).....	779
1.2.6.3.	Absolvição criminal por fundada dúvida da excludente: ausência do efeito pamprocessual do processo penal.....	780
1.2.6.4.	Absolvição criminal por certeza da excludente: ocorrência do efeito pamprocessual do processo penal, mas com consequências limitadas.....	780
1.2.6.5.	O efeito pamprocessual do processo penal e a legítima defesa putativa.....	781
1.2.6.6.	O efeito pamprocessual do processo penal e a legítima defesa com <i>aberratio ictus</i>	782
1.2.6.7.	O efeito pamprocessual do processo penal e <i>aberratio ictus</i>	782
1.2.7.	O efeito pamprocessual do processo penal e a absolvição pelo tribunal do júri.....	783
1.2.8.	O efeito pamprocessual do processo penal e a Lei de Abuso de Autoridade.....	783

1.2.9.	O efeito pamprocessual do processo penal e a legítima defesa de terceiro.....	784
1.2.10.	O efeito pamprocessual do processo penal e a legítima defesa de terceiro por agente de segurança pública.....	785
1.2.11.	O efeito pamprocessual do processo penal e as excludentes de ilicitude: síntese.....	785
1.2.12.	Improbidade administrativa e o princípio da independência das instâncias: efeito pamprocessual dos processos penal e civil quanto ao mérito.....	786
1.2.13.	O efeito pamprocessual do processo penal, os reflexos da absolvição por atipicidade, formal ou material, inclusive na improbidade administrativa (art. 386, III, CPP) e o interesse do réu de recorrer contra a própria absolvição.....	787
1.2.14.	A ação rescisória para desconstituir coisa julgada cível incompatível com a decisão criminal.....	788
1.2.15.	Termo inicial da ação rescisória para desconstituir coisa julgada cível incompatível com a decisão criminal.....	789
1.2.16.	Prescrição penal aplicada à responsabilidade civil.....	790
1.2.17.	Reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal e preservação da pretensão indenizatória.....	791
1.3.	Atenção para os efeitos concretos da responsabilidade.....	791
1.4.	Responsabilidade pressuposta.....	792
1.5.	Responsabilidade civil por dano enorme.....	792
1.6.	Sistemas de dano indenizável: alemão, francês e o risco geral da vida (<i>allgemeines Lebensrisiko</i>).....	793
1.6.1.	Sistema alemão ou típico.....	793
1.6.1.1.	Definição.....	793
1.6.1.2.	Críticas ao sistema alemão e o risco geral da vida (<i>allgemeines Lebensrisiko</i>) ou teoria da esfera de risco.....	793
1.6.2.	Sistema francês ou atípico.....	794
1.7.	Dano-evento vs. dano-prejuízo.....	794
1.8.	Responsabilidade sem dano.....	795
1.9.	Teoria do dano punitivo.....	796
1.10.	Regra da irreparabilidade do dano evitável.....	797
1.11.	Teoria (ou tese) da culpa contra a legalidade.....	797
1.12.	Meios de enfrentar os riscos envolvidos na responsabilidade civil.....	798
1.13.	Transmissibilidade da responsabilidade civil.....	799
1.13.1.	Direito à reparação.....	799
1.13.2.	Dever de reparar.....	799
1.13.3.	Casos especiais.....	800
1.13.3.1.	Alimentos indenizativos ou pensão alimentícia aquiliana.....	800
1.13.3.2.	Legitimidade ativa dos pais como únicos herdeiros da vítima para a ação de indenização por dano moral do filho falecido.....	801
1.13.3.3.	Direito ou dever à reparação como objeto do inventário e a partilha.....	802

1.14.	Responsabilidade do incapaz	802
1.14.1.	Regra geral	802
1.14.1.1.	“Capacidade para responder por ilícitos civis” (<i>Deliktsfähigkeit</i>)	803
1.14.1.2.	Subjetiva.....	803
1.14.1.3.	Limitada (ou condicional), mitigada e equitativa ...	804
1.14.1.4.	Subsidiária	805
1.14.2.	Direito de regresso do representante contra o incapaz?.....	808
1.14.3.	Responsabilidade de pais por filhos maiores	808
1.14.4.	Situações especiais.....	809
1.14.4.1.	Ressarcimento como medida socioeducativa	809
1.14.5.	Menor emancipado.....	810
1.14.6.	Responsabilidade dos representantes do incapaz: questão da “autoridade e companhia”	811
1.14.7.	Responsabilidade de pai ou mãe sem a guarda	811
1.14.8.	Responsabilidade de pai ou mãe com guarda compartilhada...	813
1.14.9.	Responsabilidade dos pais por ato praticado pelo filho na escola	814
1.15.	Responsabilidade solidária	814
1.15.1.	Solidariedade ativa.....	814
1.15.2.	Solidariedade passiva.....	814
1.15.3.	Responsabilidade vicária ou por fato de terceiro	815
1.15.3.1.	Responsabilidade vicária: definição e experiência norte-americana.....	816
1.15.3.2.	Requisitos e evolução do sistema de culpa presu- mida para o de responsabilidade objetiva.....	816
1.15.3.3.	Responsabilidade objetiva pura (própria) e impura (imprópria): uma problema de nomenclatura.....	817
1.15.3.4.	Teoria da substituição.....	817
1.15.3.5.	Casos do art. 932, CC.....	818
1.15.3.6.	Interface com CDC.....	819
1.15.4.	Casuística.....	820
1.15.4.1.	Causadores de dano ambiental.....	820
1.15.4.2.	Coautoria e empréstimo de veículo	822
1.15.4.3.	Operadora de plano de saúde e médico da rede credenciada.....	822
1.15.4.4.	Agência de turismo e serviços turísticos.....	822
1.15.4.5.	Hospital e médico.....	824
1.15.4.6.	Responsabilidade civil do médico (e dos profis- sionais de saúde em geral) e a álea terapêutica ..	825
1.15.4.7.	Responsabilidade civil por erro em exame labo- ratorial.....	825
1.15.4.8.	Responsabilidade civil do advogado e do médico e a aplicação da teoria da perda de uma chance: um paradoxo?	826

1.15.4.9.	Necessidade de conhecimentos interdisciplinares para enfrentar problemas de direito médico ou que envolvam as ciências forenses.....	826
1.15.4.10.	Escola e empresa de transporte escolar vinculada.....	827
1.15.4.11.	Responsabilidade civil em hospedagem do tipo "Airbnb"	827
1.15.4.12.	Responsabilidade civil por acidente de trânsito a jornalista "convidado" a cobrir lançamento de produto de uma grande empresa.....	828
1.16.	Dano reflexo, por ricochete ou indireto	829
1.16.1.	Conceituação	829
1.16.2.	Fatos geradores de dano moral reflexo	830
1.16.3.	Legitimados a pleitear dano moral reflexo e o problema do valor.....	830
1.16.4.	Dano moral pelo espólio cumulado com dano moral reflexo: caso da morte imediata.....	832
2.	Ilicitude do ato	832
2.1.	Responsabilidade civil por ato ilícito	832
2.1.1.	Ilícitos civis e excludentes de ilicitude.....	832
2.1.2.	Ilícitos civis e excludentes de ilicitude putativas	833
2.1.3.	Da dúvida jurídica razoável como excludente de responsabilidade civil ou como redutor do valor da indenização.....	833
2.1.4.	Do descabimento da responsabilidade civil por controvérsia ou mudança jurisprudenciais acerca da ilicitude	834
2.2.	Responsabilidade civil por ato lícito	836
2.2.1.	Requisitos	836
2.3.	Classificação do dano injusto e o dano justo	836
2.4.	Casuística.....	837
2.4.1.	Repreensão de aluno por professora ou aluno	837
2.4.2.	Rompimento de namoro ou traição e o "risco geral da vida" (<i>allgemeines Lebensrisiko</i>)	838
2.4.3.	Divulgação, pelo traído, de conversas e fotos íntimas do traído em redes sociais	838
2.4.4.	Rompimento de noivado.....	838
2.4.5.	Rompimento de noivado e contrato de despesas de casamento: os contratos sponsalícios do século XXI e os aprestos (preparação do casamento).....	840
2.4.6.	Abandono do nubente no altar	840
2.4.7.	Adultério e amante.....	840
2.4.8.	Abandono afetivo de filho	842
2.4.9.	Abandono material de filho	843
2.4.10.	Condomínio por furtos ou agressões físicas nas áreas comuns	843
2.4.11.	Estelionato sentimental (<i>romance scam</i>).....	844
2.4.12.	Empréstimos bancários tomados no exclusivo interesse do ex-namorado	844

2.4.13.	Mera propositura de ações judiciais manifestamente descabidas, sicofantas ou simuladas (<i>sham litigation</i>): responsabilidade civil por chicana processual.....	845
2.4.14.	Honorários contratuais	845
2.4.15.	Zona livre para ofensas.....	845
2.4.16.	Ofensas nas redes sociais.....	846
3.	Indenização	847
3.1.	Princípio da <i>restitutio in integrum</i>	847
3.2.	Compensação vs. indenização: caso do dano moral e o princípio da satisfação compensatória.....	848
3.3.	Exceções ao princípio da <i>restitutio in integrum</i>	849
3.3.1.	Casos de redução equitativa	849
3.3.1.1.	Art. 928, parágrafo único, CC	849
3.3.1.2.	Art. 944, parágrafo único, CC: culpa desproporcional	850
3.3.2.	Casos de tabelamento.....	851
3.3.2.1.	Convenção de Montreal: transporte aéreo internacional	851
3.3.2.2.	Dano a trabalhador	852
3.4.	Culpa concorrente e o caso do art. 738, parágrafo único, CC.....	852
3.4.1.	Conceituação	852
3.4.2.	Culpa concorrente de passageiro (art. 783, parágrafo único, CC).....	853
3.4.3.	Compensação do lucro com o dano (<i>compensatio lucri cum damno</i>)	853
3.4.3.1.	Definição, direito comparado e Brasil: caso do benefício do INSS e do seguro DPVAT	853
3.4.3.2.	Experiência do direito holandês	854
3.4.4.	Casuística.....	855
3.4.4.1.	Caso da fuga de paciente menor de hospital	855
3.4.4.2.	Caso do furto de caminhão em pátio de oficina....	855
3.5.	Indenização: <i>in natura</i> ou pecúnia?.....	856
3.5.1.	Regra geral: preferência da indenização <i>in natura</i> em relação à indenização pecuniária.....	856
3.5.2.	Caso de responsabilidade contratual: cumprimento forçado da prestação pactuada vs. indenização <i>in natura</i>	856
3.5.3.	Parâmetros para a indenização <i>in natura</i>	857
3.5.4.	Responsabilidade civil vs. cumprimento de obrigação de restituir coisa fungível.....	858
3.5.5.	Cumulação de indenização <i>in natura</i> com indenização pecuniária pelo dano residual.....	858
3.6.	Indenização no caso de morte, incapacidade laboral ou outra lesão à saúde.....	859
3.6.1.	Regras gerais.....	859
3.6.2.	Pensão alimentícia indenizativa ou aquiliana.....	860
3.6.2.1.	Caso de morte.....	860

3.6.2.2.	Caso de incapacidade laboral	862
3.6.2.3.	Valor dos alimentos em salário mínimo vs. correção monetária.....	862
3.6.2.4.	Cumulação dos alimentos indenizativos (ou aquilianos) e benefícios previdenciários.....	863
3.6.2.5.	Constituição de capital	863
3.6.2.6.	Alteração superveniente	864
3.6.2.7.	Prisão civil.....	865
3.6.3.	Substituição da pensão alimentícia por uma prestação única ...	866
3.6.3.1.	Caso de incapacidade laboral: experiência nos EUA e caso brasileiro	866
3.6.3.2.	Caso de morte	867
3.7.	Dano (material ou moral) presumido ou <i>in re ipsa</i>	867
3.7.1.	Definição.....	867
3.7.2.	<i>Res ipsa loquitur</i>	868
3.7.3.	Diferença entre a <i>res ipsa loquitur doctrine</i> e o dano <i>in re ipsa</i>	868
3.7.4.	Exemplos	869
3.7.4.1.	Uso indevido de marca.....	869
3.7.4.2.	Morte de membro de família de baixa renda.....	869
3.7.4.3.	Devolução indevida de cheque.....	869
3.7.4.4.	Inclusão indevida do nome em cadastro de inadimplentes.....	870
3.7.4.5.	Ofensa à dignidade humana (<i>caso de desocupação forçada da residência</i>).....	870
3.7.4.6.	Uso indevido de imagem para fins econômicos ou comerciais.....	871
4.	Classificação da responsabilidade civil	871
4.1.	Quanto à origem.....	871
4.1.1.	Problema de nomenclatura, críticas à classificação e teorias...	871
4.1.2.	Responsabilidade contratual.....	872
4.1.3.	Responsabilidade extracontratual ou aquiliana.....	872
4.1.4.	Responsabilidade pela quebra da confiança: uma terceira categoria?.....	873
4.1.5.	Relevância prática.....	873
4.1.5.1.	Presunção de culpa com inadimplemento.....	873
4.1.5.2.	Termo inicial dos juros moratórios	874
4.2.	Quanto à ilicitude: responsabilidade por ato ilícito e ato lícito.....	874
4.3.	Quanto à culpa	874
4.3.1.	Responsabilidade subjetiva	874
4.3.2.	Responsabilidade objetiva	875
4.3.2.1.	Noções gerais.....	875
4.3.2.2.	Breve histórico	875
4.3.2.3.	Teorias do risco	877
4.3.3.	Casuística.....	880
5.	Pressupostos da responsabilidade civil	881

5.1.	Conduta.....	881
5.1.1.	Comissiva ou omissiva.....	881
5.1.2.	Espécies de responsabilidade quanto à conduta.....	882
5.1.2.1.	Responsabilidade direta ou por ato próprio.....	882
5.1.3.	Responsabilidade indireta.....	882
5.1.3.1.	Vicária ou por fato de terceiro.....	883
5.1.3.2.	Pelo fato da coisa.....	883
5.1.3.3.	Pela guarda de animal.....	889
5.2.	Culpa.....	890
5.2.1.	Conceito.....	890
5.2.2.	Casuística.....	891
5.2.2.1.	Responsabilidade de empresa de vigilância perante banco diante de assalto.....	891
5.3.	Nexo causal.....	891
5.3.1.	Teorias do nexo causal.....	892
5.3.1.1.	Teoria da equivalência das condições ou da <i>conditio sine qua non</i>	892
5.3.1.2.	Teoria da causalidade adequada.....	893
5.3.1.3.	Teoria do dano direto e imediato.....	896
5.3.1.4.	Teoria da imputação objetiva.....	899
5.3.1.5.	Teoria da finalidade protetiva ou do âmbito de proteção da norma (<i>Lehre vom Schutzzweck der Norm</i>).....	899
5.3.1.6.	Causalidade que fundamenta a responsabilidade (<i>haftungsbegründende Kausalität</i>) e causalidade que preenche a responsabilidade (<i>haftungsausfüllende Kausalität</i>).....	900
5.4.	Dano.....	901
5.4.1.	Danos indenizáveis e não indenizáveis.....	902
5.4.2.	Dano puramente econômico (<i>pure economic loss; reiner oder bloßer Vermögensschaden</i>).....	902
5.4.3.	Espécies de danos indenizáveis.....	903
5.4.3.1.	Dano material: dano emergente e lucros cessantes.....	903
5.4.3.2.	Dano moral.....	907
5.4.3.3.	Dano estético.....	913
5.4.3.4.	Perda de uma chance.....	914
5.4.3.5.	Definição e cabimento.....	915
5.4.3.6.	Crítério para estipulação do que é chance “séria, real e razoável”.....	915
5.4.3.7.	Natureza jurídica: dano autônomo ou um dano material ou moral?.....	915
5.4.3.8.	Origem histórica e principais obras brasileiras.....	916
5.4.3.9.	Arbitramento.....	916
5.4.3.10.	Casuística.....	917
5.4.3.11.	Perda do tempo livre ou lesão ao tempo.....	919

5.4.3.12.	Dano existencial	920
5.4.3.13.	Danos transindividuais ou coletivos.....	921
5.4.3.14.	Imposto de Renda e as espécies de danos.....	926
6.	Excludentes da responsabilidade civil	927
6.1.	Excludentes de ilicitude.....	927
6.2.	Culpa exclusiva da vítima.....	928
6.3.	Caso fortuito e força maior	928
6.3.1.	Definição	929
6.3.2.	Excludente de responsabilidade subjetiva.....	929
6.3.3.	Excludente de responsabilidade objetiva: fortuito interno e externo	929
6.3.4.	Diretrizes para distinguir os fortuitos interno e externo: proporcionalidade, AED e legítima expectativa da vítima.....	929
6.3.5.	Casuística.....	931
6.3.5.1.	Responsabilidade do transportador	932
6.3.5.2.	Responsabilidade de posto de gasolina.....	933
6.3.5.3.	Responsabilidade de <i>shopping center</i>	934
6.3.5.4.	Responsabilidade de instituição financeira.....	934
6.3.5.5.	Responsabilidade de transportador de dinheiro ..	935
6.3.5.6.	Responsabilidade de empresas por assaltos, sequestros ou outros danos em estacionamento privativo de clientes ou seu interior.....	936
6.3.5.7.	Responsabilidade de empresas de estacionamento por assaltos.....	937
6.3.5.8.	Responsabilidade de empresas que oferece serviço de manobrista.....	937
6.3.5.9.	Tiroteio em via pública entre assaltantes e seguranças contratados por empresas	937
6.3.5.10.	Danos causados por sistemas de inteligência artificial.....	938
6.3.5.11.	Danos causados por veículos autônomos	938
7.	Responsabilidade civil do Estado.....	939
7.1.	Noções gerais.....	939
7.2.	Requisitos e excludentes de responsabilidade.....	939
7.3.	Teoria da dupla garantia: direito de regresso ou ação direta contra agente causador do dano.....	939
7.4.	Responsabilidade por conduta omissa.....	940
7.5.	Responsabilidade civil do Estado por morte de detento	940
7.6.	Responsabilidade por ato legislativo e jurisdicional	941
7.6.1.	Noções gerais	941
7.6.2.	Ato legislativo.....	941
7.6.3.	Ato jurisdicional.....	942
7.7.	Serviços notariais e de registro e a responsabilidade civil.....	942
7.7.1.	Noções gerais.....	942
7.7.2.	Responsabilidade do oficial	942
7.7.3.	Responsabilidade civil do preposto.....	942
7.7.4.	Capacidade de ser parte: pessoa do oficial, e não cartório	943
7.7.5.	Responsabilidade do Estado por ato do oficial extrajudicial....	943

7. DIREITO DAS COISAS	945
1. Direito das coisas	945
1.1. Noções gerais.....	945
1.2. Distinção em relação aos direitos obrigacionais.....	946
1.3. Histórico.....	946
1.4. Direito subjetivo relativo e direito subjetivo absoluto.....	947
1.5. <i>Ius in personam</i> e <i>Ius in rem</i>	947
1.6. Bens corpóreos ou incorpóreos.....	947
1.7. Direitos reais e figuras afins.....	947
1.7.1. Obrigações <i>propter rem</i>	947
1.7.1.1. Noções gerais.....	947
1.7.1.2. Caso das dívidas de condomínio e exclusão dos honorários sucumbenciais na pertinente ação de cobrança.....	948
1.7.1.3. Caso dos tributos reais.....	948
1.7.1.4. Caso dos direitos de vizinhança.....	949
1.7.1.5. Caso do dever de restauração do meio ambiente....	949
1.7.2. Ônus reais.....	949
1.7.2.1. Noções gerais.....	949
1.7.2.2. Significado próprio e impróprio de ônus real.....	949
1.7.2.3. Caso da renda constituída sobre móveis e imóveis.....	950
1.8. Propriedade e domínio	950
1.9. Abuso de direito no exercício do direito de propriedade.....	950
1.10. Mudanças no perfil de propriedade: do modelo clássico de propriedade exclusiva para os arranjos da economia do compartilhamento (<i>Era do Spotify, Uber, Time Sharing</i> etc.)	951
2. Direito real: conceitos gerais.....	951
2.1. Introdução.....	952
2.2. Teoria realista vs. teoria personalista	953
2.3. Princípios (características) dos direitos reais	953
2.3.1. Princípio da taxatividade (<i>numerus clausus</i>) e tipicidade?	953
2.3.1.1. Noções gerais.....	953
2.3.1.2. Direitos reais vs. direitos obrigacionais com eficácia real.....	954
2.3.1.3. Exemplo de utilidade prática no debate: aplicação do art. 108, CC.....	955
2.3.2. Princípio do absolutismo (oponibilidade <i>erga omnes</i>).....	955
2.3.3. Princípio da aderência ou da inerência (direito de seqüela)	955
2.3.4. Princípio da prevalência (<i>prior in tempore, potior in iure</i>)	956
2.4. Constituição de direitos reais.....	957
2.4.1. Imóveis.....	958
2.4.1.1. Regra (princípio da inscrição).....	958
2.4.1.2. Exceções.....	958
2.4.1.3. Questões especiais.....	958
2.4.2. Móveis	960

2.4.2.1.	Regra e exceções.....	960
2.4.2.2.	Questões especiais.....	961
2.4.3.	Registro público e transmissão da propriedade: aprofundamentos.....	962
2.4.3.1.	Transmissão da propriedade: tradição (bens móveis) e registro (bens imóveis)	962
2.4.3.2.	Tabelionato de notas e registro de imóveis: notário e registrador	962
2.4.3.3.	Registro de título ou de direitos (<i>registration of title</i>) e registro de documentos (<i>registration of deeds</i>)..	962
2.4.3.4.	Algumas regras do registro imobiliário: legalidade, publicidade, continuidade registral, prioridade e unicidade matricial de título	963
2.4.3.5.	Prestígio ao princípio da concentração na matrícula do imóvel: art. 54, parágrafo único, da Lei nº 13.097/2015	963
2.4.3.6.	Modelo alemão e modelo franco-belga	964
2.4.3.7.	Sistema Torrens: Ulrich Hübbe, o registro imobiliário australiano e o Brasil.....	966
2.4.3.8.	Concentração dos atos registrais e oponibilidade do direito real à propriedade sobre bens móveis e sobre bens imóveis: caso hipotético com aportes do direito romano, do direito comparado e do direito civil brasileiro.....	967
2.4.3.9.	Responsabilidade contratual, por custódia e o comodato.....	967
2.4.3.10.	Aquisição por terceiro de boa-fé	969
2.4.3.11.	<i>Ius in personam e ius in rem</i> à luz do caso hipotético: aportes do direito romano e do direito comparado para entender o direito civil brasileiro.....	970
2.4.3.12.	Interpretação finalística, taxatividade mitigada ou abertura tipológica do rol (taxativo?) dos direitos reais.....	971
2.4.3.13.	Dupla compra e venda (<i>Doppelverkauf</i>) e a questão do adquirente de boa-fé na Áustria e no Brasil: quem fica com o imóvel?	972
2.4.3.14.	Reconhecimento de fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente	973
2.4.3.15.	O maior prestígio ao princípio da concentração dos atos registrais	973
2.4.3.16.	Áustria: princípio da entabulação (<i>Intabulationsprinzip</i>) e princípio da tradição (<i>Traditionsprinzip</i>).....	974
2.4.3.17.	Alemanha e a aquisição por terceiro de boa-fé....	974
2.4.3.18.	A diferença entre os direitos civis alemão e austríaco e o direito romano quanto à proteção da aquisição por terceiro de boa-fé.....	974

	2.4.3.19. Direito civil brasileiro e a aquisição pelo terceiro de boa-fé.....	974
	2.4.3.20. Casos doutrinários e jurisprudenciais.....	975
2.5.	Princípios (ou atributos) do direito real de propriedade	976
2.5.1.	Princípio da plasticidade ou da elasticidade do direito real de propriedade.....	976
2.5.1.1.	Noções gerais.....	976
2.5.1.2.	Poderes inerentes à propriedade e à plasticidade	976
2.5.1.3.	Classificação da propriedade quanto à plenitude	978
2.5.1.4.	Uma questão de nomenclatura: gravame ou ônus real.....	982
2.5.2.	Princípio da perpetuidade do direito real de propriedade.....	982
2.5.3.	Princípio da exclusividade	983
2.5.3.1.	Noções gerais.....	983
2.5.3.2.	Condomínio de origem romana e germânica: caso do direito das coisas	983
2.5.3.3.	Caso do ITBI sobre frações ideais no caso de partilha de imóveis em caso de divórcio ("permuta de frações ideais?").....	983
2.5.4.	Propriedade aparente: uma decorrência dos princípios da função social e da boa-fé.....	984
3.	Direito de vizinhança.....	985
3.1.	Definição e característica.....	985
3.2.	Conceito de vizinho.....	986
3.3.	Classificação dos direitos de vizinhança quanto à onerosidade	986
3.4.	Uso anormal da propriedade	987
3.4.1.	Cessação de interferências exorbitantes.....	987
3.4.2.	Ameaça de ruína: a�o de dano infecto e exigência de garantia.....	987
3.4.3.	Direito de garantia no caso de uso temporário do imóvel por vizinho	987
3.5.	�rvores limítrofes.....	988
3.6.	Passagem forçada.....	988
3.7.	Passagem de cabos e tubula�o	989
3.8.	�guas	989
3.9.	Delimita�o entre os prédios e direito de tapagem	989
3.9.1.	Direito de demarca�o ou de estrear	989
3.9.2.	Direito de tapagem.....	990
3.9.3.	Direito de construir.....	991
4.	Condomínio	992
4.1.	Espécies de condomínio no direito das coisas	992
4.1.1.	Categorias e a questão da pluralidade de pessoas.....	992
4.2.	Condomínio tradicional.....	993
4.2.1.	Defini�o e as concep�es romana e germânica de condomínio	993

4.2.2.	Silêncio do título aquisitivo de um bem: definição da fração ideal.....	994
4.2.3.	Legitimação concorrente para proteção da coisa perante terceiros.....	994
4.2.4.	Uso da coisa comum.....	994
4.2.5.	Direito de preferência no caso de alienação da fração ideal ...	994
4.2.6.	Direito de preferência no caso de locação da coisa comum....	994
4.2.7.	Condomínio <i>pro diviso e pro indiviso</i> e o direito de preferência ...	995
4.2.7.1.	Noções gerais.....	995
4.2.7.2.	Possibilidade da tomada de empréstimo para exercício do direito de preferência do condômino em coisa indivisível.....	995
4.2.8.	Renúncia liberatória (art. 1.316, CC) e procedimento de registro no caso de imóvel.....	995
4.2.9.	Extinção do condomínio: divisão da coisa comum divisível ou venda da coisa indivisível	997
4.2.10.	Administração do condomínio tradicional e capacidade para ser parte em atos extrajudiciais e judiciais.....	998
4.2.11.	Presunção de administrador e a possibilidade de usucapião ..	998
4.3.	Condomínio necessário, legal ou forçado.....	999
4.4.	Condomínio edilício	999
4.4.1.	Legislação.....	999
4.4.2.	Definição.....	999
4.4.3.	Condomínio edilício horizontal ou vertical	1000
4.4.4.	Nascimento do condomínio edilício: instituição vs. constituição do condomínio edilício	1001
4.4.4.1.	Instituição	1001
4.4.4.2.	Constituição do condomínio edilício.....	1002
4.4.4.3.	Casos especiais.....	1003
4.4.5.	Eficácia da convenção condominial para regular relações entre os condôminos	1007
4.4.5.1.	Regra geral.....	1007
4.4.5.2.	Falta da natureza <i>propter rem</i> da contribuição condominial na falta de registro da convenção do condomínio.....	1007
4.4.5.3.	Compromisso arbitral em convenção de condomínio.....	1008
4.4.6.	Contribuição (quota) condominial.....	1009
4.4.6.1.	Noções gerais: definição e contribuição ordinária e extraordinária	1009
4.4.6.2.	Contribuição vs. convenção: forma para alteração do valor	1010
4.4.6.3.	Proporção devida a cada condômino.....	1010
4.4.6.4.	Obrigação de pagar contribuição se unidade está em condomínio tradicional.....	1011
4.4.6.5.	Exigência de situação de adimplência do condômino.....	1012

4.4.7.	Administração do condomínio.....	1013
4.4.7.1.	Noções gerais e papel do síndico	1014
4.4.7.2.	Conselho fiscal.....	1014
4.4.7.3.	Benfeitorias.....	1014
4.4.7.4.	Construções (acessões)	1014
4.4.7.5.	Assembleias: quorum e convocação.....	1015
4.4.7.6.	Coleta de assinatura posteriormente à assembleia para obtenção de quorum: discussão acerca da dilação do prazo de votação, a situação dos arts. 1.353 e 1.354-A e a “sessão digital contínua”.....	1015
4.4.7.7.	Métodos eletrônicos de reunião e de votação.....	1016
4.4.8.	Punição a condômino inadimplente e ao antissocial	1016
4.4.8.1.	Regra geral.....	1016
4.4.8.2.	Procedimento: contraditório.....	1017
4.4.8.3.	Questões especiais.....	1018
4.4.9.	Legitimidade processual do condomínio.....	1018
4.4.9.1.	Regra geral.....	1018
4.4.9.2.	Legitimidade processual do condomínio edilício para defesa de interesses comuns	1019
4.4.9.3.	Ilegitimidade para pleitear indenização por dano moral sofrido pelos condôminos.....	1019
4.4.10.	Condomínio edilício em parcela de um imóvel.....	1019
4.4.11.	Condomínio edilício de graus sucessivos.....	1019
4.4.11.1.	Definição e requisitos.....	1019
4.4.11.2.	Casos especiais.....	1020
4.4.12.	Condomínio edilício com vários prédios.....	1021
4.4.12.1.	Definição e conveniência da descentralização de gestão.....	1021
4.4.12.2.	Associação de moradores vs. condomínio edilício..	1022
4.5.	Condomínio de lotes.....	1022
4.5.1.	Cobrança de taxa associativa em loteamentos fechados.....	1023
4.6.	Condomínio urbano simples	1024
4.7.	Condomínio em multipropriedade.....	1024
4.7.1.	Importância prática e exemplos de aproveitamento econômico do bem: caso do intercâmbio e do regime de <i>pool</i>	1025
4.7.2.	Definição e o instituto no mundo e no Brasil.....	1025
4.7.3.	Multipropriedade sobre móveis.....	1027
4.7.4.	Multipropriedade sobre imóveis	1027
4.7.4.1.	Legislação aplicável e analogia com condomínio edilício para lacunas legais	1027
4.7.4.2.	Objeto: imóveis rurais e urbanos.....	1028
4.7.4.3.	Nomenclatura: imóvel-base, fração de tempo, unidade periódica e quota de fração de tempo ..	1028
4.7.4.4.	Unidade periódica: um direito real sobre coisa própria.....	1028

4.7.4.5.	Unidade periódica como uma evolução da abstração do conceito de imóvel: a classificação da unidade periódica com a mesma categoria do imóvel-base.....	1029
4.7.4.6.	A multipropriedade imobiliária como um parcelamento temporal de uma coisa imóvel física.....	1029
4.7.4.7.	Decorrências da natureza da unidade periódica como direito real sobre coisa própria: impostos reais, instituição de direitos reais sobre coisa alheio e usucapião.....	1030
4.7.4.8.	Alienabilidade e instituição de ônus real.....	1031
4.7.4.9.	Penhorabilidade da unidade periódica e o caso da impenhorabilidade do bem de família.....	1032
4.7.4.10.	Irrelevância da pluralidade de pessoas.....	1032
4.7.4.11.	Limite quantitativo de unidades periódicas por pessoa: cabimento, o problema da usucapião das unidades periódicas excedentes e o procedimento no Cartório de Imóveis.....	1033
4.7.4.12.	Limites temporais a cada unidade periódica: fração mínima de parcelamento temporal e outras restrições.....	1033
4.7.4.13.	Indivisibilidade da fração temporal da unidade período: descabimento do "desdobro temporal"..	1034
4.7.4.14.	"Unidade periódica de conservação": aplicabilidade ou não do período mínimo de 7 dias?.....	1034
4.7.4.15.	Conveniência de fragmentar o período da unidade periódica de conservação entre os períodos das demais unidades periódicas.....	1035
4.7.4.16.	A titularidade dos mobiliários do imóvel-base.....	1035
4.7.4.17.	Conservação dos mobiliários do imóvel-base: teoria do risco e o problema da compensação pelo tempo perdido pelo multiproprietário.....	1035
4.7.4.18.	Condomínio multiproprietário enquanto sujeito de direito: consequências práticas e contratação de serviços comuns (luz, telefone etc.).....	1036
4.7.4.19.	Administrador e síndico: atribuições e recomendações na redação da convenção.....	1037
4.7.4.20.	Assembleias do condomínio multiproprietário.....	1037
4.7.4.21.	Instituição do condomínio multiproprietário: definição, requisitos, formação do nome do condomínio, forma do instrumento e aspectos de registros públicos.....	1037
4.7.4.22.	Constituição do condomínio multiproprietário: definição, requisitos e aspectos de registros públicos.....	1038
4.7.4.23.	Punições contra condômino multiproprietário inadimplente e antissocial: limites da multa, constitucionalidade da proibição de fruição e problema da expulsão definitiva.....	1039

	4.7.4.24. Condomínio multiproprietário em unidade autônoma de condomínio edilício.....	1040
	4.7.4.25. Condomínio multiproprietário em lote de condomínio de lotes ou em unidade de condomínio urbano simples.....	1046
4.8.	Fundo de investimento.....	1047
4.8.1.	Definição e exemplos	1047
4.8.2.	Legislação e classificação quanto à tipicidade.....	1048
4.8.3.	Responsabilidade limitada ou ilimitada do quotista	1049
4.8.4.	Mudança do regulamento: da responsabilidade ilimitada para a limitada	1049
4.8.5.	Papel da CVM.....	1049
4.8.6.	Constituição do fundo de investimento, o caso do “fundo de fato” e a sua autonomia pessoal, patrimonial, processual e obrigacional do fundo.....	1050
4.8.7.	Natureza jurídica de condomínio especial como sujeito de direito despersonalizado.....	1050
4.8.8.	Os prestadores de serviço ao fundo: administrador, gestor e custodiante.....	1052
4.8.9.	Responsabilidade dos prestadores de serviços do fundo de investimento apenas por dolo ou má-fé nas suas atuações dentro das regras de funcionamento do fundo.....	1052
4.8.10.	Presunção de ciência dos riscos pelo investidor: obstáculos à responsabilização do administrador do fundo de investimento e o entendimento do STJ.....	1053
4.8.11.	Patrimônio de afetação em favor de classes de quotistas.....	1055
4.8.12.	Problemas práticos envolvendo os fundos de investimento....	1055
	4.8.12.1. Atos, registros públicos e processos em nome do administrador com base na equivocada interpretação de que os fundos não podiam figurar em contratos	1055
	4.8.12.2. Fundo de Investimento Imobiliário e Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) e o caso do patrimônio de afetação.....	1056
	4.8.12.3. A responsabilidade do administrador no Fundo de Investimento Imobiliário (FII) e no Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro): aparente antinomia entre CC e Lei do FII.....	1057
	4.8.12.4. Quota como bem móvel: descabimento de ITBI ou de outorga conjugal para alienação	1058
	4.8.12.5. Quota como objeto de alienação, direitos reais sobre coisa alheia, de cessão fiduciária e penhora?	1058
	4.8.12.6. Necessidade de mudanças legislativas para adaptação à realidade contemporânea de desmateralização da propriedade.....	1059
	4.8.12.7. Responsabilidade da instituição bancária que recomenda a aquisição de quotas de fundos a seus clientes	1059

4.8.12.8.	Fundo de Investimento em direito creditório: natureza jurídica de instituição financeira, possibilidade de fiança como garantia de cessões de crédito <i>pro solvendo</i> e não sujeição à Lei de Usura.....	1060
5.	Direitos reais em espécie	1061
5.1.	Noções gerais: direitos reais sobre coisa própria e sobre coisa alheia....	1061
5.2.	Direito real de propriedade	1062
5.2.1.	Noções gerais e os direitos decorrentes da imissão provisória na posse.....	1062
5.2.2.	Objeto.....	1063
5.2.3.	Descoberta (antiga “invenção”).....	1064
5.2.4.	Aquisição imobiliária	1065
5.2.4.1.	Noções gerais.....	1065
5.2.4.2.	Transmissão, sucessão <i>causa mortis</i> , usucapião e legitimação fundiária	1065
5.2.4.3.	Acessão sobre imóveis	1066
5.2.5.	Aquisição mobiliária	1068
5.2.5.1.	Tradição, sucessão <i>causa mortis</i> e usucapião.....	1068
5.2.5.2.	Ocupação, tesouro, especificação e acessão de móvel a móvel (confusão, comistão e adjunção)...	1069
5.2.6.	Extinção.....	1070
5.2.6.1.	Alienação.....	1070
5.2.6.2.	Desapropriação	1070
5.2.6.3.	Percimento.....	1071
5.2.6.4.	Renúncia e abandono	1071
5.3.	Laje	1074
5.3.1.	Definição, espécies e requisitos.....	1075
5.3.2.	Mesma pessoa como titular da construção-base e das lajes....	1075
5.3.3.	Lajes sucessivas (graus de laje).....	1075
5.3.4.	Dispensa de entrada para as lajes e a aplicação do direito de vizinhança.....	1076
5.3.5.	Natureza jurídica: direito real sobre coisa própria ou alheia? Questões práticas: tributos reais (IPTU etc.), ônus reais etc.	1076
5.3.6.	Laje como um “parcelamento vertical” do imóvel: uma forma de maximizar a função social dos imóveis.....	1077
5.3.7.	Observância da legislação urbanística e a qualificação do título pelo cartório de imóveis	1077
5.3.8.	Titularidade do solo: ausência de frações ideais.....	1077
5.3.9.	Condomínio necessário sobre partes comuns do edifício: consequências práticas e regras de administração.....	1077
5.3.10.	Direito de preferência.....	1078
5.3.10.1.	Motivação e ordem de prioridade no exercício do direito de preferência	1078
5.3.10.2.	Prazo para exercício do direito de preferência.....	1079
5.3.10.3.	Negócios de alienação que atraem o direito de preferência.....	1079

5.3.11.	Penhorabilidade e o direito de preferência.....	1079
5.3.12.	Extinção da laje	1079
5.3.13.	Procedimento no cartório de registro de imóveis.....	1080
5.3.13.1.	Instituição da laje de primeiro grau e alienação a terceiros	1080
5.3.13.2.	Instituição de lajes sucessivas.....	1080
5.3.13.3.	Averbação de edificações na laje	1080
5.4.	Direito real de aquisição.....	1081
5.5.	Direitos reais de gozo	1082
5.5.1.	Noções gerais e o caso da enfiteuse.....	1082
5.5.2.	Enfiteuse, aforamento ou emprazamento.....	1083
5.5.2.1.	Natureza jurídica e restrições do CC/2002	1083
5.5.2.2.	Partes, modo de instituição e direito de preferência.....	1083
5.5.2.3.	Perpetuidade.....	1084
5.5.2.4.	Encargos a serem pagos pelo enfiteuta: cânon e laudêmio	1084
5.5.2.5.	Pena de comisso.....	1084
5.5.2.6.	Eleição de cabecel.....	1084
5.5.3.	Superfície.....	1085
5.5.3.1.	Legislação	1086
5.5.3.2.	Definição	1086
5.5.3.3.	Instituição	1086
5.5.3.4.	Objeto do direito real de superfície: espaço aéreo e subsolo.....	1086
5.5.3.5.	Cânon superficiário, proibição de “laudêmio superficiário” e alienabilidade da superfície.....	1087
5.5.3.6.	Direito de preferência no caso de alienação.....	1087
5.5.3.7.	“Direito de sobrelevação” (superfície de segundo grau) vs. laje.....	1087
5.5.3.8.	Apropriação das acessões com a extinção da superfície.....	1087
5.5.3.9.	Prazo para o direito real de superfície	1087
5.5.4.	Servidão.....	1088
5.5.4.1.	Definição.....	1088
5.5.4.2.	Constituição e usucapião.....	1088
5.5.4.3.	Características da servidão.....	1089
5.5.4.4.	Benfeitorias necessárias na servidão e a renúncia liberatória.....	1091
5.5.4.5.	Princípio da menor onerosidade da servidão.....	1091
5.5.4.6.	Classificação da servidão	1092
5.5.5.	Usufruto.....	1094
5.5.5.1.	Definição	1094
5.5.5.2.	Objeto	1095

5.5.5.3.	Quase usufruto, usufruto impróprio ou usufruto imperfeito.....	1095
5.5.5.4.	Constituição e o caso dos usufrutos legais.....	1095
5.5.5.5.	Inalienabilidade do usufruto.....	1096
5.5.5.6.	Usufruto deducto ou reservado.....	1098
5.5.5.7.	Usufruto sucessivo e o problema da predestinação da titularidade de direitos sobre a coisa.....	1099
5.5.5.8.	Compra e venda bipartida e efeitos tributários....	1099
5.5.5.9.	Compra e venda bipartida com doação modal de dinheiro e com cláusula de inalienabilidade: aspectos registrares.....	1100
5.5.5.10.	Usufruto para deixar imóvel “no nome do filho”: aspectos tributários, sucessórios e dever de colação	1101
5.5.5.11.	Extinção do usufruto e a dispensa de prazo para o “não uso”	1102
5.5.6.	Uso.....	1102
5.5.7.	Habitação	1103
5.5.8.	CUEM e CDRU	1103
5.6.	Direitos reais de garantia	1104
5.6.1.	Aspectos gerais sobre as formas de garantias de dívidas.....	1104
5.6.1.1.	Princípio da patrimonialidade, regra <i>prior in tempore, potior in iure</i> , penhora e a importância das garantias.....	1104
5.6.1.2.	Vulnerabilidade das garantias reais diante de créditos trabalhistas e tributários: o “drible” da alienação fiduciária em garantia	1105
5.6.1.3.	Formas de garantias do adimplemento de dívida	1110
5.6.2.	Requisitos dos direitos reais de garantia.....	1112
5.6.2.1.	Requisitos objetivos.....	1112
5.6.2.2.	Requisitos subjetivos.....	1113
5.6.2.3.	Requisitos formais	1113
5.6.2.4.	Especialização da dívida e o registro no cartório... ..	1113
5.6.2.5.	Direitos reais de garantia para dívidas futuras e eventuais.....	1114
5.6.2.6.	Garantia real <i>a non domino</i> : a pós-eficacização com a propriedade superveniente.....	1114
5.6.2.7.	Garantia real por condômino.....	1114
5.6.2.8.	Hipoteca sobre vias férreas	1115
5.6.3.	Características dos direitos reais de garantia e regras gerais... ..	1116
5.6.3.1.	Acessoriedade.....	1116
5.6.3.2.	Indivisibilidade dos direitos reais	1116
5.6.3.3.	Vedação ao pacto comissório.....	1117
5.6.3.4.	Controvérsia do “pacto marciano”	1118
5.6.3.5.	Direito de prelação do credor com garantia real... ..	1119

5.6.3.6.	Remição por sucessores do devedor	1119
5.6.3.7.	Subsistência do saldo devedor remanescente: o <i>no negative equity guarantee</i>	1120
5.6.3.8.	Vencimento antecipado da dívida	1120
5.6.3.9.	Prefixação do valor do bem objeto de garantia vs. dispensa de avaliação posterior.....	1122
5.6.4.	Espécies de direitos reais de garantia.....	1122
5.6.4.1.	Penhor.....	1122
5.6.4.2.	Hipoteca	1130
5.6.4.3.	Anticrese.....	1152
5.7.	Figuras diversas dos direitos reais de garantia	1153
5.7.1.	Propriedade fiduciária (fruto de uma alienação fiduciária em garantia).....	1153
5.7.1.1.	Definição	1153
5.7.1.2.	Negóciofiduciário: definição, nomenclatura, regime fiduciário, dever fiduciário e espécies	1154
5.7.1.3.	Legislação	1155
5.7.1.4.	Quem pode ser credor fiduciário?	1155
5.7.1.5.	Modo de constituição.....	1155
5.7.1.6.	Dispensa de escritura pública para alienação fiduciária em garantia sobre imóveis.....	1156
5.7.1.7.	Coisa móvel fungível e títulos de crédito como objeto: o problema do registro de títulos e documentos	1156
5.7.1.8.	Resolução da propriedade, consolidação da propriedade e procedimento executivo	1157
5.7.1.9.	Saldo devedor remanescente após a execução da garantia fiduciária: <i>negative equity</i>	1162
5.7.1.10.	Responsabilidade pelas obrigações <i>propter rem</i> ...	1163
5.7.1.11.	Alienação fiduciária sobre bens móveis fungíveis	1164
5.7.2.	Caução	1164
5.7.2.1.	Definição e natureza jurídica (direito real ou obrigacional).....	1164
5.7.2.2.	Caução de dinheiro	1165
5.7.2.3.	Caução de imóvel em locação urbana	1168
5.7.2.4.	Caução de direitos aquisitivos sobre imóvel.....	1169
5.7.2.5.	Caução de direito creditório decorrente de contratos preliminares ou definitivos de alienação de imóveis.....	1170
5.7.2.6.	Caução de direitos de crédito, inclusive os hipotecários ou pignoratícios.....	1170
5.7.3.	Cessão fiduciária de direitos	1170
5.7.3.1.	Definição, cabimento e registro.....	1170
5.7.3.2.	Penhora nos casos de cessão fiduciária de direitos e de quotas de fundos de investimento.....	1171

5.7.3.3.	Operacionalização da garantia e sua execução judicial e extrajudicial da garantia fiduciária: caso de crédito pecuniário e das instituições financeiras..	1172
5.7.3.4.	Cessão fiduciária de créditos hipotecários.....	1173
5.7.3.5.	Cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento e a locação urbana	1173
5.7.3.6.	Cessão fiduciária vs. caução: direitos creditórios ou aquisitivos relativos a negócios imobiliários....	1173
5.7.3.7.	Cessão fiduciária em direitos do agronegócio.....	1175
5.7.4.	Patrimônio de afetação, patrimônio separado ou patrimonial especial.....	1175
5.7.4.1.	Definição e natureza jurídica.....	1175
5.7.4.2.	Utilidade e hipóteses legais.....	1176
5.7.4.3.	Regime fiduciário.....	1178
5.7.4.4.	<i>Escrow account</i> vs. patrimônio de afetação vs. penhora: o exemplo dos contratos administrativos de serviços de mãos de obra terceirizadas.....	1178
6.	Ocupações: posse, detenção e tença	1179
6.1.	Noções gerais.....	1180
6.2.	Posse e quase posse.....	1180
6.2.1.	Definição	1180
6.2.2.	Repercussões práticas e usucapião de direitos reais menores: exemplo da usucapião de hipoteca.....	1181
6.3.	Titularidades de direitos	1181
6.3.1.	Os objetos: obrigação, direitos da personalidade, direito real, posse e detenção.....	1181
6.3.2.	Questões práticas	1182
6.3.2.1.	Inventário de posse de qualquer bem e detenção de imóvel público	1182
6.3.2.2.	Suspensão do inventário para prévia averbação de construções erguidas no imóvel	1182
6.3.2.3.	Transferência da posse como benefício patrimonial para caracterização de crimes envolvendo corrupção de agentes públicos	1183
6.4.	Teorias da posse	1183
6.4.1.	Teoria subjetiva.....	1183
6.4.2.	Teoria objetiva.....	1184
6.4.3.	Teorias sociológicas ou teorias sociais.....	1184
6.4.4.	Caso brasileiro: teoria objetiva em regra e híbrida para usucapião.....	1185
6.4.5.	Repercussão prática: posse e usucapião por incapaz? Aquisição da posse como um ato-fato jurídico. Comparação com direito português.....	1185
6.4.6.	Direito comparado: a teoria da posse em Portugal.....	1187
6.5.	Casos de detenção.....	1187
6.5.1.	Fâmulo da posse (art. 1.198, CC).....	1187
6.5.2.	Casos do art. 1.208.....	1187

6.5.2.1.	Mera tolerância ou mera permissão.....	1188
6.5.2.2.	Violência enquanto durar	1188
6.5.2.3.	Clandestinidade enquanto durar	1189
6.5.3.	Coisas inapropriáveis	1189
6.6.	Ato precário: controvérsias e problema da usucapião.....	1189
6.7.	Ocupantes irregulares de bens públicos	1191
6.7.1.	Natureza jurídica: posse ou detenção?	1191
6.7.2.	Situação das empresas estatais “especiais” (que prestam serviço público relevante).....	1192
6.8.	Posse pelo ente público sobre os seus bens	1193
6.8.1.	Presunção absoluta de posse em favor do ente público	1193
6.8.2.	Situação das empresas estatais “especiais” (que prestam serviço público relevante).....	1193
6.9.	Usucapião de direitos reais diversos da propriedade sobre bens públicos: possibilidade e a posição do STJ sobre a enfiteuse.....	1193
6.9.1.	Foro e laudêmio na enfiteuse	1194
6.9.2.	Usucapião sobre qualquer direito real e prazo aplicável.....	1194
6.9.3.	Abolição da enfiteuse civil pelo CC/2002 e ultratividade do CC/1916.....	1195
6.9.4.	Usucapião de enfiteuse sobre bem público: possibilidade, conforme STJ	1195
6.10.	Usucapião de bens públicos e situação das empresas estatais.....	1195
6.11.	Posse sobre bens incorpóreos: usucapião e interditos possessórios? ..	1196
6.12.	Composse, posse comum ou compossessão	1197
6.12.1.	Noções gerais	1197
6.12.1.1.	Espécies: composse <i>pro diviso</i> e <i>pro indiviso</i>	1197
6.12.1.2.	Composse edilícia.....	1199
6.13.	Classificação da posse	1203
6.13.1.	Posse de boa-fé e de má-fé	1203
6.13.1.1.	Definição	1203
6.13.1.2.	Natureza referencial da classificação.....	1204
6.13.1.3.	Presunção de boa-fé com justo título.....	1204
6.13.1.4.	Posses em áreas com restrições urbanísticas ou ambientais.....	1204
6.13.1.5.	Casos de cessões de posse em loteamentos irregulares.....	1204
6.13.2.	Posse com ou sem justo título	1205
6.13.3.	Posse justa e injusta	1207
6.13.4.	Rol exemplificativo do art. 1.200 do CC, e importância e relatividade da classificação	1207
6.13.4.1.	Conexão com art. 1.208 do CC.....	1207
6.13.5.	Posse plena e menos plena (direta ou indireta): o desmembramento da posse.....	1208
6.13.5.1.	Definição	1208
6.13.5.2.	Atuação em nome e no interesse de quem? Posse direta vs. detenção.....	1209

6.13.5.3.	Desmembramento sucessivo da posse.....	1209
6.13.6.	Posse velha ou nova vs. ação de força nova e de força velha....	1210
6.14.	Inversão (intersversão) da posse e a presunção de continuidade dos caracteres da posse.....	1211
6.14.1.	Noções gerais.....	1211
6.14.2.	Intersversão da posse ou detenção precária: (in)admissibilidade	1212
6.15.	Aquisição da posse.....	1212
6.15.1.	Aquisição direta ou indireta.....	1212
6.15.2.	Aquisição originária (posse originária) e aquisição derivada (posse derivada).....	1212
6.15.3.	Presunção relativas de posse sobre o mobiliário.....	1212
6.16.	Transmissão da posse	1212
6.16.1.	Espécies de tradição.....	1213
6.16.1.1.	Tradição real	1213
6.16.1.2.	Tradição ficta ou simbólica	1213
6.16.2.	Somatório do tempo de posse.....	1218
6.16.2.1.	Noções gerais e importância (ex.: usucapião)	1218
6.16.2.2.	<i>Acessio possessionis</i> (sucessão a título singular ou particular).....	1219
6.16.2.3.	<i>Sucessio possessionis</i> (sucessão a título universal).....	1219
6.16.2.4.	O caso do legado e da herança: somatório obrigatório da posse.....	1219
6.16.2.5.	Reflexos na contagem do prazo de usucapião	1220
6.16.2.6.	Reflexo no direito à indenização por benfeitorias	1220
6.16.3.	Efeitos jurídicos da posse: aprofundamento em ações possessórias, usucapião, indenização, frutos etc.....	1221
6.16.3.1.	Noções gerais.....	1221
6.16.3.2.	Proteção interdita.....	1221
6.16.3.3.	Frutos.....	1229
6.16.3.4.	Produtos.....	1230
6.16.3.5.	Benfeitorias	1231
6.16.3.6.	Resumo da responsabilidade civil do possuidor de má-fé.....	1231
6.16.3.7.	Acessões artificiais.....	1232
6.16.3.8.	Indenização por danos.....	1232
6.16.3.9.	Desapropriação judicial privada (art. 1.228, §§ 4º e 5º, CC).....	1232
6.16.3.10.	Usucapião: definição, direito comparado e aprofundamento teórico e prático.....	1237
7.	Parcelamento do solo: noções gerais.....	1254
7.1.	Noções gerais	1254
7.2.	Área rural	1254
7.3.	Área urbana.....	1254
8.	Noções gerais de incorporação imobiliária.....	1255

9.	Noções de registro de imóveis.....	1256
10.	Noções de ocupações irregulares e a regularização fundiária	1257
11.	Programas habitacionais do governo	1257
8.	DIREITO DE FAMÍLIA.....	1259
1.	Introdução.....	1259
2.	Modelos de família	1260
2.1.	Princípios de direito de família.....	1260
2.1.1.	Princípio da solidariedade familiar	1260
2.1.2.	Princípio da monogamia	1260
2.1.3.	Princípio da diversidade familiar ou da pluralidade de entidades familiares	1261
2.1.4.	Princípio da igualdade da filiação	1261
2.1.5.	Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente	1261
2.1.6.	Princípio da proteção integral da criança e do adolescente....	1262
2.1.7.	Princípio da parentalidade responsável.....	1262
2.1.8.	Princípio da proteção integral da pessoa idosa	1262
2.1.9.	Princípio da proteção dos vulneráveis.....	1263
2.1.10.	Princípio da proteção do jovem.....	1263
2.1.11.	Princípio da afetividade	1263
2.1.12.	Princípio da convivência familiar	1263
2.1.13.	Princípio da prioridade relativa da família natural.....	1264
2.2.	Família eudemonista	1265
2.2.1.	Felicidade e afeto no Direito de Família	1265
2.2.2.	Desdobramentos.....	1265
2.2.2.1.	Família homoafetiva.....	1266
2.2.2.2.	Controvérsias sobre o concubinato.....	1266
2.2.2.3.	Multiparentalidade.....	1270
2.2.2.4.	Filiação socioafetiva.....	1273
2.2.2.5.	Família virtual (<i>iFamily</i>)	1281
2.3.	Espécies de entidades familiares.....	1282
2.3.1.	Família matrimonial	1282
2.3.2.	Família informal	1282
2.3.3.	Família monoparental	1283
2.3.4.	Família anaparental.....	1283
2.3.5.	Família pluriparental, recomposta, reconstituída ou mosaico..	1283
2.3.5.1.	Definição	1283
2.3.5.2.	Prevalência relativa dos pais sobre os padrastos e madrastas	1284
2.3.5.3.	Casos especiais	1284
2.3.6.	Família de criação.....	1287
2.3.6.1.	Definição	1287
2.3.6.2.	Consequências práticas.....	1287

2.3.7.	Família coparental ou a coparentalidade	1287
2.3.7.1.	Definição	1287
2.3.7.2.	Adoção de menores como forma de alcançar coparentalidade?	1288
2.3.7.3.	Coparentalidade com multiparentalidade?	1288
2.3.7.4.	Contrato de coparentalidade: validade ou eficácia?.....	1289
3.	União estável.....	1290
3.1.	Histórico	1290
3.2.	Definição e distinção em relação ao concubinato.....	1291
3.3.	Casamento vs. união estável vs. concubinato	1291
3.4.	Requisitos da união estável.....	1292
3.4.1.	Duas (?) pessoas	1292
3.4.2.	Convivência <i>more uxorio</i> pública, contínua e duradoura.....	1292
3.4.2.1.	Definição	1292
3.4.2.2.	Dispensa de coabitação.....	1292
3.4.2.3.	Existência de tempo mínimo?.....	1293
3.4.2.4.	Aprofundamento: prática e prova da união estável	1293
3.4.3.	Objetivo de constituir família	1293
3.4.3.1.	Definição	1293
3.4.4.	Distinção diante do noivado	1294
3.4.5.	Distinção diante do namoro qualificado	1294
3.5.	Modo de constituição e dissolução	1295
3.5.1.	Presença dos requisitos fáticos	1295
3.5.2.	Contrato de namoro: nulidade, mas é meio de prova	1295
3.5.3.	Judicialização, escritura pública, instrumento particular, RTD, RCPN?.....	1296
3.6.	Conversão em casamento.....	1297
3.6.1.	Procedimento judicial e extrajudicial?	1297
3.7.	Regime de bens na união estável	1298
3.8.	Equiparação absoluta ou relativa à família matrimonial?.....	1298
3.8.1.	Casos de equiparação.....	1298
3.8.1.1.	Regime da separação legal e causa suspensiva....	1298
3.8.1.2.	Presunção de paternidade.....	1298
3.8.1.3.	Vocação de ordem hereditária.....	1299
3.8.1.4.	Direito real de habitação	1299
3.8.1.5.	Vênia convivencial e regras processuais nas demandas que versem sobre direito real imobiliário	1299
3.8.1.6.	Condição de herdeiro necessário?	1300
4.	Casamento	1300
4.1.	Natureza jurídica.....	1300
4.2.	Natureza jurídica do ato de casar e do pacto antenupcial na classificação dos fatos jurídicos: teoria dos atos de fala e enunciado performativo	1301
4.3.	Capacidade para casamento.....	1302

4.3.1.	Regras gerais.....	1302
4.3.2.	Questões controversas.....	1303
4.3.2.1.	Consequência do casamento infantil: anulabilidade.....	1303
4.3.2.2.	União estável por menor de 16 anos.....	1303
4.3.2.3.	Emancipação no caso de invalidação de casamento de menor.....	1303
4.4.	Procedimento para casamento.....	1304
4.4.1.	Habilitação.....	1304
4.4.1.1.	Documentação.....	1305
4.4.1.2.	Proclamas e impugnações.....	1305
4.4.1.3.	Certificado de habilitação.....	1306
4.4.2.	Celebração.....	1306
4.4.3.	Registro.....	1306
4.4.4.	Espécies de casamento quanto à celebração.....	1307
4.4.4.1.	Casamento civil.....	1307
4.4.4.2.	Casamento religioso com efeitos civis.....	1307
4.4.5.	Direito comparado.....	1308
4.4.5.1.	Casamento islâmico na Inglaterra e caso brasileiro.....	1308
4.5.	Prova do casamento.....	1309
4.5.1.	Impossibilidade de comprovação da realização do casamento.....	1309
4.5.2.	Casamento de brasileiro no exterior.....	1310
4.6.	Efeitos do casamento.....	1311
4.6.1.	Efeitos pessoais.....	1311
4.6.2.	Efeitos sociais.....	1312
4.6.3.	Efeitos patrimoniais.....	1312
4.7.	Caracteres do casamento.....	1312
4.8.	Pressupostos matrimoniais (plano da existência).....	1312
4.8.1.	Definição, hipóteses e aprofundamento para o caso de incompetência da autoridade celebrante.....	1312
4.8.2.	Aplicação analógica da figura do casamento putativo.....	1314
4.8.3.	Viabilidade da caracterização de união estável.....	1314
4.9.	Impedimentos matrimoniais.....	1314
4.9.1.	Hipóteses.....	1315
4.10.	Questões especiais.....	1316
4.10.1.	Casamento avuncular (com tios).....	1316
4.10.2.	Casamento avuncular e o caso do jogador de futebol Hulk: casamento com sobrinha da ex-esposa é vedado?.....	1316
4.10.3.	Casamento com filho adotivo de ex-cônjuge: caso do diretor de cinema Woody Allen.....	1316
4.11.	Causas suspensivas.....	1317
4.12.	Invalidez do matrimônio.....	1318
4.12.1.	Considerações gerais do regime de invalidez matrimonial....	1318

4.12.2.	Tutela de boa-fé no regime da invalidez.....	1319
4.12.3.	Conversão substancial do casamento inválido em união estável?	1319
4.12.4.	Nulidade	1320
4.12.5.	Anulabilidade	1320
	4.12.5.1. Hipóteses	1321
	4.12.5.2. Decadência.....	1321
4.12.6.	Caso do casamento de pessoas com deficiência mental ou intelectual	1322
4.13.	Espécies de casamento	1323
	4.13.1. Casamento inexistente	1324
	4.13.2. Casamento nulo	1324
	4.13.3. Casamento anulável.....	1324
	4.13.4. Casamento putativo.....	1324
	4.13.5. Procedimentos simplificados de casamento (exceções ao procedimento comum).....	1324
	4.13.5.1. Casamento no caso de moléstia grave.....	1324
	4.13.5.2. Casamento nuncupativo, <i>in extremis</i> ou <i>in articulo mortis</i>	1325
	4.13.6. Casamento por procuração	1325
4.14.	Extinção do casamento.....	1326
	4.14.1. Considerações gerais.....	1326
	4.14.2. Extinção da separação judicial ou extrajudicial vs. alternativas	1326
	4.14.3. Separação de fato.....	1327
	4.14.3.1. Regras gerais	1327
	4.14.3.2. Aprofundamento: prática e prova.....	1327
	4.14.4. Separação judicial ou extrajudicial.....	1328
	4.14.5. Divórcio	1328
	4.14.6. Resquício da relevância da culpa no direito de família	1328
4.15.	Alteração de nome dos cônjuges e dos filhos em razão do casamento e de sua extinção.....	1328
	4.15.1. Direito de crescer o sobrenome do cônjuge.....	1328
	4.15.2. Direito ao retorno ao nome de solteiro no caso de fim do casamento.....	1328
	4.15.3. Atualização, no assento de nascimento do filho, do novo nome do genitor em razão do casamento ou do fim deste.....	1329
	4.15.4. Mudança do nome do filho para portar o sobrenome de ambos os pais	1330
4.16.	Pacto antenupcial	1330
5.	Regime de bens	1331
	5.1. Considerações gerais.....	1331
	5.2. Regime legal no casamento e na união estável	1331
	5.3. Mudança do regime de bens.....	1332
	5.3.1. Princípio da imutabilidade relativa do regime de bens.....	1332
	5.3.1.1. Casamento.....	1332

	5.3.1.2.	União estável.....	1332
	5.3.1.3.	Desnecessidade da apresentação pormenorizada do acervo patrimonial para alteração do regime de bens.....	1332
	5.3.2.	Irretroatividade da mudança do regime de bens.....	1333
	5.3.2.1.	Casamento.....	1333
	5.3.2.2.	União estável.....	1333
5.4.		Regime da comunhão universal.....	1333
	5.4.1.	Definição.....	1333
	5.4.2.	Casos especiais	1334
	5.4.2.1.	Valores de FGTS depositados.....	1334
	5.4.2.2.	Indenização ou pensão mensal decorrente de seguro por invalidez.....	1334
	5.4.2.3.	Valores recebidos em razão de seguro de vida ...	1334
	5.4.2.4.	Casos especiais envolvendo regime da comunhão parcial de bens.....	1334
5.5.		Regime da comunhão parcial.....	1335
	5.5.1.	Casos especiais	1336
	5.5.1.1.	Direito a salários futuros	1336
	5.5.1.2.	Valores de FGTS	1336
	5.5.1.3.	Verbas trabalhistas recebidas após o fim do casamento.....	1336
	5.5.1.4.	Prêmio de loteria	1336
	5.5.1.5.	Seguro por invalidez em razão de acidente de trabalho.....	1336
	5.5.1.6.	Proventos de aposentadoria pública (pelo INSS) devidos na constância do casamento, mas pagas posteriormente em razão de ação judicial.....	1337
	5.5.1.7.	Saldo de previdência complementar fechada e aberta.....	1337
	5.5.1.8.	Comunicabilidade das dívidas	1337
5.6.		Regime da separação convencional, voluntária, absoluta ou total.....	1337
5.7.		Regime da separação legal, obrigatória ou cogente	1338
	5.7.1.	Nomenclatura.....	1338
	5.7.2.	Cabimento, possibilidade de afastamento segundo o STF e regimes legais supletivos e cogentes.....	1338
	5.7.3.	Separação legal e separação convencional.....	1340
	5.7.4.	Comunicação de bens e o conceito de prova do esforço comum	1341
	5.7.5.	A diferença entre aquestos e bens comuns: conceitos absolutos (ou invariáveis) e relativos (ou variáveis).....	1341
	5.7.6.	Possibilidade de pacto antenupcial.....	1342
	5.7.7.	Extensão para a união estável.....	1343
5.8.		Regime da participação final nos aquestos.....	1343
	5.8.1.	Definição	1343
	5.8.2.	Penhora de bens do cônjuge por dívidas do outro	1344
	5.8.3.	Penhora do direito à futura meação	1344
5.9.		Regimes misto, híbridos ou atípicos	1344

5.9.1.	Regime de bens típicos e atípicos.....	1344
5.9.2.	Parâmetros para os regimes atípicos.....	1344
5.9.2.1.	Inteligibilidade e a operacionalidade	1344
5.9.2.2.	Indivisibilidade do regime de bens	1345
5.9.3.	Questões especiais	1345
5.9.3.1.	Exemplos de regimes atípicos	1345
5.9.4.	Regime progressivo	1346
5.9.4.1.	Necessidade de aproximação do regime atípico a algum típico para efeitos além da comunicação (como efeitos sucessórios).....	1346
5.9.5.	Renúncia sucessória antecipada	1347
5.10.	Vênia conjugal (outorga conjugal).....	1348
5.10.1.	Fundamentos e hipóteses.....	1348
5.10.2.	Exceções à exigência de outorga conjugal.....	1349
5.10.3.	Extensão para a união estável (vênia convivencial).....	1349
5.10.4.	Casos sensíveis.....	1349
5.10.4.1.	Má-fé do cônjuge autor do ato.....	1349
5.11.	Questões especiais	1349
5.11.1.	Partilha de bens em razão do fim do casamento ou da sociedade conjugal.....	1349
5.11.1.1.	Regra geral e meios	1349
5.11.1.2.	Caso do excesso de meação: cobrança de ITCD... ..	1350
5.11.1.3.	Excesso de meação e o caso da base de cálculo de imóvel alienado fiduciariamente (bem financiado).....	1350
5.11.1.4.	Ausência de ITBI no caso de atribuição de imóvel a apenas um cônjuge	1351
5.11.2.	Casamento anterior ao Código Civil de 2002: outorga conjugal e mudança de regime de bens	1351
5.11.3.	Penhora de bens comuns e particulares por dívidas de apenas um dos cônjuges	1351
5.11.3.1.	Orientação jurisprudencial.....	1351
5.11.3.2.	Meação de todo o patrimônio comum líquido ou de cada bem?	1352
5.11.3.3.	Reflexo em futura partilha decorrente da dissolução da sociedade conjugal: reserva da meação de um cônjuge sobre bens comuns penhorados por dívidas exclusivamente pessoais do outro	1353
5.11.3.4.	Extensão para união estável	1353
6.	Relações de parentesco	1354
6.1.	Limites conceituais.....	1354
6.1.1.	Parentes vs. cônjuge e companheiros.....	1355
6.1.2.	Parentesco quanto à origem.....	1355
6.1.2.1.	Parentesco natural	1355
6.1.2.2.	Parentesco civil.....	1355
6.1.3.	Parentesco quanto ao grau e à linha.....	1355

6.1.4.	Parentesco por afinidade.....	1355
6.1.4.1.	Definição.....	1355
6.1.4.2.	Utilidade	1356
6.2.	Filiação.....	1356
6.2.1.	Paternidade vs. maternidade	1356
6.2.2.	Paternidade.....	1356
6.2.2.1.	Paternidade presumida (presunção de paternidade).....	1357
6.2.3.	Paternidade reconhecida	1361
6.2.3.1.	Paternidade reconhecida voluntariamente	1361
6.2.3.2.	Paternidade reconhecida judicialmente	1361
6.2.3.3.	Investigação oficiosa da paternidade	1361
6.2.4.	Reprodução assistida e gestação por substituição.....	1364
6.2.4.1.	Definição e espécies.....	1364
6.2.4.2.	Registro da filiação independentemente de ordem judicial.....	1364
6.2.4.3.	Reprodução assistida <i>post mortem</i>	1364
7.	Família natural, extensa e substituta	1365
7.1.	Classificação da família quanto à natureza.....	1365
7.2.	Família natural	1365
7.2.1.	Definição.....	1365
7.2.2.	Família natural de segundo grau	1365
7.2.3.	Situação da filiação socioafetiva.....	1366
7.2.4.	Utilidade da classificação.....	1366
7.3.	Família extensa ou ampliada.....	1366
7.3.1.	Definição.....	1366
7.3.2.	Utilidade prática.....	1367
7.3.3.	Terceiros como padrinhos (“dindos”), madrinhas (“dindas”) etc.	1367
7.4.	Família substituta	1367
7.4.1.	Guarda.....	1367
7.4.2.	Tutela	1367
7.4.3.	Adoção.....	1367
7.4.3.1.	Adoção socioafetiva (filiação socioafetiva)	1368
7.4.3.2.	Adoção civil (<i>stricto sensu</i>).....	1368
8.	Institutos de amparo à pessoa vulnerável	1374
8.1.	Considerações gerais.....	1374
8.2.	Institutos de amparo à criança e ao adolescente	1374
8.2.1.	Poder familiar	1374
8.2.1.1.	Limites conceituais.....	1374
8.2.1.2.	Constituição	1375
8.2.1.3.	Suspensão	1375
8.2.1.4.	Extinção	1375
8.2.1.5.	Guarda parental (guarda pelos pais).....	1375
8.2.1.6.	Gestão patrimonial	1378

8.2.2.	Tutela	1382
8.2.2.1.	Noções gerais.....	1383
8.2.2.2.	Espécies de tutela	1383
8.2.2.3.	Escolha do tutor: ordem preferencial?	1383
8.2.2.4.	Gestão existencial.....	1383
8.2.2.5.	Dever de alimentos do tutor.....	1383
8.2.2.6.	Gestão patrimonial	1384
8.2.2.7.	Situação do tutor com vínculo socioafetivo: aplicação das regras de poder familiar	1386
8.2.3.	Guarda por terceiros (não pais) ou guarda estatutária	1386
8.2.3.1.	Noções gerais.....	1386
8.2.3.2.	Distinção em relação à guarda dos pais (guarda parental)?	1386
8.2.3.3.	Efeitos jurídicos	1387
8.2.3.4.	Estabilização da guarda	1387
8.2.3.5.	Guarda temporária.....	1387
8.3.	Institutos de amparo às pessoas vulneráveis maiores	1387
8.3.1.	Considerações gerais.....	1387
8.3.2.	Curatela	1388
8.3.3.	Tomada de decisão apoiada.....	1389
9.	Alimentos.....	1389
9.1.	Limites conceituais	1389
9.2.	Classificação quanto à origem.....	1391
9.2.1.	Alimentos legítimos ou familiares	1391
9.2.2.	Alimentos indenizativos.....	1391
9.2.3.	Alimentos convencionais.....	1391
9.2.4.	Questões importantes decorrentes da classificação	1391
9.2.4.1.	Utilidade da classificação: impenhorabilidade e prisão civil.....	1391
9.2.4.2.	Outras verbas de natureza alimentar.....	1392
9.2.4.3.	Terminologia: pensão vs. alimentos.....	1393
9.3.	Titulares do direito aos alimentos legítimos	1394
9.3.1.	Filhos menores.....	1394
9.3.2.	Filho maior incapaz.....	1394
9.3.3.	Netos ou outros descendentes de maior grau	1395
9.3.4.	Ascendentes e irmãos	1395
9.3.5.	Ex-cônjuges ou ex-companheiros: regra da transitoriedade dos alimentos.....	1395
9.3.6.	Questões polêmicas.....	1396
9.3.6.1.	Nascituro em relação ao suposto pai e a outros parentes (alimentos gravídicos).....	1396
9.3.6.2.	Colaterais de 3º ou 4º grau	1396
9.3.6.3.	Parentes por afinidade	1397
9.3.6.4.	Enteados.....	1397

	9.3.6.5.	Filho menores em relação a pais destituídos ou suspensos dos poderes familiares.....	1397
	9.3.6.6.	Menor sujeito a guarda ou tutela	1397
9.4.		Classificação dos alimentos legítimos quanto à natureza.....	1398
	9.4.1.	Alimentos civis ou cômugros.....	1399
	9.4.1.1.	Definição	1399
	9.4.1.2.	Arbitramento dos alimentos cômugros	1399
	9.4.1.3.	Questões especiais.....	1400
	9.4.2.	Alimentos naturais, necessários ou indispensáveis.....	1403
	9.4.2.1.	Definição e arbitramento	1403
	9.4.2.2.	Hipóteses de cabimento	1403
	9.4.2.3.	Constitucionalidade e vigência dos dispositivos que tratam de alimentos necessários.....	1404
	9.4.2.4.	Tendência de os alimentos serem transitórios.....	1406
	9.4.3.	Alimentos compensatórios ou prestação compensatória	1406
	9.4.3.1.	Fundamento e definição	1406
	9.4.3.2.	Alimentos compensatórios ou prestação compensatória?.....	1406
	9.4.3.3.	Cumulatividade com outros alimentos	1407
	9.4.3.4.	Cabimento.....	1407
	9.4.3.5.	Quantificação	1407
	9.4.3.6.	Natureza jurídica indenizatória e consequências práticas (descabimento de prisão civil e outras)....	1408
	9.4.3.7.	Casos do regime da separação convencional e a discussão da renúncia antecipada aos alimentos compensatórios.....	1409
	9.4.4.	Renda líquida dos bens comuns (alimentos ressarcitórios).....	1409
	9.4.4.1.	Definição e fundamento.....	1409
	9.4.4.2.	Natureza jurídica como pretensão restituitória	1410
	9.4.4.3.	Irrelevância do regime de bens	1410
	9.4.4.4.	Regime jurídico diverso	1411
	9.4.4.5.	Repetibilidade	1411
9.5.		Características do direito a alimentos	1411
	9.5.1.	Personalíssimo.....	1412
	9.5.2.	Incessível.....	1412
	9.5.2.1.	Definição	1412
	9.5.2.2.	Caso da cessão da pensão alimentícia já vencida e do gestor de negócios: cabimento e prisão civil..	1412
	9.5.3.	Imprescritível	1412
	9.5.4.	Impenhorável.....	1413
	9.5.5.	Incompensável	1413
	9.5.5.1.	Definição	1413
	9.5.5.2.	Flexibilização à incompensabilidade dos alimentos...	1413
	9.5.6.	Irrenunciável e intransacionável	1414
	9.5.6.1.	Noções gerais.....	1414
	9.5.6.2.	Casos especiais.....	1414

9.5.7.	Atual	1416
9.5.8.	Irrepetível.....	1416
9.5.8.1.	Fundamentos.....	1416
9.5.8.2.	Questões especiais.....	1417
9.6.	Características da obrigação (dever?) alimentar.....	1425
9.6.1.	Transmissibilidade.....	1425
9.6.1.1.	Noções gerais.....	1425
9.6.1.2.	Espólio como obrigado?	1426
9.6.2.	Divisibilidade.....	1426
9.6.2.1.	Regra geral.....	1426
9.6.2.2.	Exceção: caso da pessoa idosa como alimentado	1427
9.6.3.	Condicionabilidade	1429
9.6.3.1.	Sujeição ao binômio necessidade-possibilidade...	1429
9.6.3.2.	Natureza jurídica da coisa julgada.....	1429
9.6.3.3.	Condicionabilidade vs. mutabilidade.....	1430
9.6.4.	Reciprocidade	1430
9.6.5.	Sucessividade (= subsidiariedade) e complementariedade.....	1430
9.6.5.1.	Definição	1430
9.6.5.2.	Caso dos alimentos pelos avós	1430
9.6.5.3.	Prisão civil dos avós por inadimplemento de alimentos.....	1431
9.6.6.	Questões processuais.....	1431
9.6.6.1.	Classificação dos alimentos quanto ao aspecto processual.....	1431
9.6.6.2.	Questões especiais.....	1434
9.7.	Extinção dos alimentos	1435
9.7.1.	Procedimento: extinção automática ou não?	1435
9.7.2.	Hipóteses.....	1435
9.7.2.1.	Cessaçao da necessidade.....	1435
9.7.2.2.	Advento do termo ou condiçao.....	1435
9.7.2.3.	União <i>more uxorio</i> do alimentado	1435
9.	DIREITO DAS SUCESSÕES	1437
1.	Noções gerais	1437
1.1.	Definição de direito das sucessões	1437
1.2.	Sucessão legítima e sucessão testamentária: noções preliminares e reflexões do direito romano	1438
1.3.	Codicilo e testamento: noções preliminares.....	1438
1.4.	Autor de herança, abertura da sucessão, delação e adição	1439
1.4.1.	Autor de herança ou falecido e a inadequação da expressão latina “de cuius”.....	1439
1.4.2.	Abertura da sucessão, delação e adição.....	1440
1.5.	Sucessor a título universal (herdeiro) e sucessor a título singular (legatário).....	1440
1.6.	<i>Saisine</i> e a indivisibilidade da herança	1441

1.6.1.	Regra geral e nomenclaturas (espólio, herança, monte-mor, acervo, premorto e comoriência).....	1442
1.6.2.	Direito de <i>saisine</i> e seus 4 efeitos	1443
1.6.2.1.	Transmissão automática da propriedade e da posse aos herdeiros.....	1444
1.6.2.2.	Fixação da norma sucessória.....	1445
1.6.2.3.	Determinação do local da sucessão.....	1446
1.6.2.4.	Estabelecimento da capacidade sucessória	1446
1.6.3.	Diferença entre universalidade de fato e de direito: o patrimônio do falecido como exemplo.....	1447
1.6.4.	Indivisibilidade da herança e efeitos	1447
1.6.4.1.	Indivisibilidade da herança por força de lei.....	1447
1.6.4.2.	Proibição de alienação de bem singularmente considerado e suprimento judicial da vontade do herdeiro que se opõe injustificadamente.....	1447
1.6.4.3.	Universalidade patrimonial: espólio e monte-mor... ..	1447
1.6.5.	Situação do legado e dos frutos.....	1448
1.6.6.	Caso do legado: há duas transmissões de propriedade? Caberia dois ITCDs?	1449
1.6.7.	Questões especiais	1450
1.6.7.1.	Momento para definição da alíquota e do valor de avaliação dos bens para efeito de ITCD.....	1450
1.7.	Aspectos de direito internacional privado no direito das sucessões: regras de conflitos aparentes de normas em situações internacionais	1450
1.7.1.	Autoridade competente para julgar matéria sucessória	1451
1.7.2.	Competência interna para julgar o inventário	1451
1.7.3.	Ordenamento jurídico aplicável	1452
1.8.	Aceitação e renúncia da herança.....	1453
1.8.1.	Noções gerais	1453
1.8.2.	Aceitação e renúncia como atos jurídicos <i>stricto sensu</i> : o “se” (<i>ob</i>) e o “como” (<i>wie</i>) da doutrina alemã	1454
1.8.3.	Não aceitação da herança como condição resolutiva: semelhanças e diferenças	1454
1.8.4.	Renúncia à herança e forma solene: instrumento público ou termo judicial.....	1454
1.8.5.	Irrevogabilidade da renúncia e proibição da renúncia sob condição ou a termo.....	1454
1.8.6.	Utilidade prática da renúncia à herança.....	1455
1.8.7.	Anulação da renúncia	1456
1.8.8.	Efeitos da renúncia.....	1456
1.8.9.	Espécies de renúncia	1457
1.8.9.1.	Renúncia abdicativa	1457
1.8.9.2.	Renúncia translativa, <i>in favorem</i> ou translaticia (cessão de direito hereditário).....	1457
1.8.10.	Forma de aceitação.....	1458
1.8.10.1.	Aceitação expressa.....	1458

1.8.10.2.	Aceitação tácita	1458
1.8.10.3.	Aceitação pelos credores	1460
1.8.10.4.	Questões especiais.....	1460
1.9.	Cessão de direito hereditário (renúncia translativa).....	1462
1.9.1.	Cabimento e forma	1462
1.9.2.	Substituição testamentária, direito de acrescer e cessão de direito hereditário: art. 1.793, § 1º, CC	1462
1.9.2.1.	Substituição testamentária.....	1462
1.9.2.2.	Direito de acrescer na sucessão testamentária	1463
1.9.2.3.	Direito dos coerdeiros de mesma classe na sucessão legítima	1464
1.9.3.	Cessão de direito hereditário e direito de preferência.....	1464
1.9.4.	Fato gerador do ITBI se cessão for onerosa	1465
1.9.5.	Exigência de outorga conjugal	1465
1.9.6.	Questões especiais.....	1466
1.9.6.1.	Cessão de meação	1466
1.10.	Benefício de inventário	1468
1.11.	Vocação hereditária.....	1468
1.11.1.	Nomenclaturas: incapacidade sucessória, incapacidade testamentária passiva, legitimação ou vocação hereditária?.....	1469
1.11.2.	Regra geral	1470
1.11.2.1.	Exceção	1470
1.12.	Exclusão da sucessão	1472
1.12.1.	Definição.....	1472
1.12.2.	Hipóteses do art. 1.801 do CC: exclusão da sucessão ou vocação hereditária?.....	1473
1.12.3.	Uma questão de nomenclatura: exclusão da sucessão, incapacidade sucessória, ilegitimidade sucessória ou falta de legitimação?.....	1473
1.12.4.	Indignidade (para sucessão legítima ou testamentária).....	1474
1.12.4.1.	Hipóteses	1474
1.12.4.2.	Legitimidade processual para a exclusão, decadência e efeito automático do trânsito em julgado criminal	1480
1.12.4.3.	Reabilitação.....	1480
1.12.4.4.	Eficácia retroativa com flexibilizações	1481
1.12.5.	Deserdação (só para sucessão legítima).....	1482
1.12.5.1.	Noção geral e restrição a herdeiros necessários... ..	1482
1.12.5.2.	Hipóteses	1482
1.12.5.3.	Legitimidade processual para a exclusão e decadência.....	1484
1.12.5.4.	Revogação do testamento como desistência de deserdar.....	1485
1.13.	Classificação quanto à fonte (sucessão legítima, testamentária ou irregular).....	1485
1.13.1.	Sucessão testamentária ou <i>secundum tabulas</i>	1485
1.13.2.	Sucessão legítima ou <i>ab intestato</i>	1485

1.13.3.	Sucessão anômala ou irregular.....	1485
1.13.4.	Vedação à sucessão contratual (pacto corvino, pacto sucessório ou <i>pacta corvina</i>): conceito, renúncia recíproca à herança em pacto antenupcial e partilha em vida.....	1486
1.13.5.	Questões especiais.....	1487
1.13.5.1.	“Pagamento direto”: Verbas trabalhistas, tributárias e de investimento	1487
1.14.	Meação, herança e legado.....	1494
1.14.1.	Distinção.....	1494
1.14.2.	Cálculo do acervo hereditário (monte-mor).....	1495
1.14.3.	Questões especiais	1495
1.14.3.1.	Valores devidos a título de seguro de pessoa (como seguro de vida).....	1495
1.14.3.2.	Valor decorrente de pecúlio por morte ou invalidez	1496
1.14.3.3.	Previdência privada complementar aberta (VGBL e PGBL).....	1496
1.15.	Classificação quanto aos efeitos (sucessão a título singular e a título universal): herdeiro vs. legatário	1498
1.16.	Espécies de herdeiro	1498
1.17.	Legítima	1499
1.17.1.	Definição.....	1499
1.17.2.	Exceções à intangibilidade da legítima	1500
1.17.2.1.	Indignidade.....	1500
1.17.2.2.	Deserdação.....	1500
1.17.2.3.	Deserdação <i>bona mente</i> : cláusula restritiva da propriedade	1500
1.17.3.	Proteção da legítima em vida	1500
1.17.3.1.	Doação como antecipação de legítima: regra e problema do ex-cônjuge.....	1500
1.17.3.2.	Doações infelicitosas	1501
1.17.3.3.	Redução testamentária	1501
1.17.4.	Cálculo da legítima.....	1502
1.17.4.1.	Regra geral	1502
1.17.4.2.	Exceções	1502
1.18.	Colação.....	1503
1.18.1.	Definição.....	1503
1.18.2.	Objetos colacionáveis.....	1503
1.18.2.1.	Doações.....	1503
1.18.2.2.	Outras liberalidades.....	1503
2.	Sucessão legítima.....	1504
2.1.	Direito real de habitação ao viúvo	1504
2.1.1.	Regras gerais e irrelevância de viúvo já ter imóvel particular..	1504
2.1.2.	(Im)possibilidade de alugar, dar em comodato ou de obter rendas com o imóvel?.....	1505

2.1.3.	Inaplicabilidade do direito real de habitação sobre imóvel em copropriedade com terceiros.....	1506
2.1.4.	Extinção do direito real de habitação do cônjuge e do companheiro em virtude da constituição de nova união.....	1507
2.2.	Sucessão <i>mortis causa</i> na união estável.....	1508
2.2.1.	Ordem de vocação hereditária na união estável	1508
2.2.2.	Companheiro como herdeiro necessário.....	1508
2.2.3.	Direito real de habitação para união estável (art. 1.831, CC) ..	1509
2.3.	Formas de recebimento na sucessão legítima.....	1509
2.3.1.	Por cabeça	1509
2.3.2.	Por estirpe.....	1510
2.3.2.1.	Por direito de representação.....	1511
2.3.2.2.	Por direito de transmissão.....	1511
2.3.2.3.	Diferenças entre o direito de representação e o direito de transmissão	1511
2.4.	Ordem de vocação hereditária	1515
2.4.1.	Ordem de vocação hereditária e <i>successio graduum uel ordinum</i>	1516
2.4.2.	A ordem de vocação hereditária no CC.....	1516
2.4.3.	1ª classe: consorte supérstite vs. descendentes.....	1519
2.4.3.1.	Regras gerais	1519
2.4.3.2.	Caso de ausência de viúvo: concorrência exclusiva entre descendentes	1519
2.4.3.3.	Problema do regime de bens	1522
2.4.3.4.	Quinhão mínimo ao viúvo.....	1527
2.4.3.5.	Cônjuge separado de fato há menos de 2 anos e o art. 1.830, CC	1527
2.4.4.	2ª classe: cônjuge e ascendentes.....	1528
2.4.4.1.	Somente ascendentes	1529
2.4.4.2.	Cônjuge em concorrência com ascendentes.....	1531
2.4.5.	3ª classe: viúvo.....	1536
2.4.6.	4ª classe: irmãos.....	1536
2.4.6.1.	Irmãos como herdeiros facultativos: legítimos, porém não necessários	1536
2.4.6.2.	Irmãos e colaterais até o 4º grau	1536
2.4.6.3.	Irmãos: por direito próprio e por cabeça.....	1537
2.4.6.4.	Irmão premorto e o direito de representação do sobrinho	1538
2.4.6.5.	Irmão renunciante.....	1538
2.4.6.6.	Irmãos não podem ou não querem receber: sobrinhos herdaram por direito próprio e por cabeça	1539
2.4.6.7.	Concorrência entre irmãos bilaterais e unilaterais: o privilégio do duplo sangue.....	1539
2.4.7.	5ª classe: sobrinhos.....	1541
2.4.7.1.	Problema dos parentes de terceiro grau: sobrinhos (parente de 3.1. grau) e tios (parente de 3.2.).....	1541

2.4.7.2.	Partilha entre sobrinhos	1542
2.4.7.3.	Sobrinhos filhos de irmãos bilaterais e sobrinhos filhos de irmãos unilaterais	1542
2.4.7.4.	Direito de representação de sobrinho-neto?	1543
2.4.8.	6ª classe: tios	1543
2.4.9.	7ª classe: primo, sobrinhos-netos e tios-avós	1544
2.4.10.	Heranças jacente e vacante	1545
2.4.10.1.	Regra geral	1545
2.4.10.2.	Estado como “achados e perdidos”: fora da vocação hereditária	1545
2.4.10.3.	Herdeiro aparente ou presuntivo	1545
2.4.10.4.	Herança jacente: definição e questões processuais	1546
2.4.10.5.	Herança vacante	1548
2.4.10.6.	Herança vacante como propriedade resolúvel!	1549
2.4.10.7.	Inaplicação do direito de <i>saisine</i> ao Estado e usucapião de bens sem herdeiro aparente: incorrência de usucapião sobre bens públicos	1550
3.	Successão testamentária	1551
3.1.	Noções gerais	1551
3.2.	Princípio da vontade soberana do testador e o censurável “testamento magistral”	1551
3.2.1.	Definição	1551
3.2.2.	Irrelevância da discriminação entre netos quanto à origem da filiação	1552
3.2.3.	Discriminação pelo testador por outros motivos	1552
3.3.	Vedação ao testamento conjuntivo e os <i>pacta corvina</i>	1553
3.4.	Testamento vs. codicilo	1553
3.4.1.	Principal distinção	1553
3.4.2.	Codicilo: aplicação subsidiária das regras de testamento	1554
3.4.3.	Interação entre testamento e codicilo: revogação	1554
3.4.4.	Revogação tácita de codicilo com superveniente testamento	1554
3.5.	Flexibilização às solenidades do testamento	1555
3.5.1.	Noções gerais	1555
3.5.2.	Testamento de emergência, homologação de testamento particular sem testemunha e pandemia da Covid-19	1555
3.5.3.	Flexibilizações no testamento particular: quantidade de testemunhas, assinatura, impressão digital e outras formalidades	1556
3.5.4.	Flexibilizações no testamento público	1557
3.6.	Capacidade de testar	1557
3.6.1.	Requisito	1558
3.6.2.	Irrelevância de mudança posterior do estado	1558
3.7.	Espécies de testamento	1558
3.7.1.	Formas ordinárias	1559
3.7.1.1.	Testamento público, de forma pública ou de forma aberta	1559

3.7.1.2.	Testamento particular, hológrafo ou privado.....	1560
3.7.1.3.	Testamento cerrado, secreto ou místico.....	1561
3.7.2.	Formas especiais	1562
3.7.2.1.	Testamento marítimo.....	1562
3.7.2.2.	Testamento aeronáutico.....	1562
3.7.2.3.	Testamento militar	1563
3.8.	Disposições testamentárias	1564
3.8.1.	Cláusula restritiva da propriedade.....	1564
3.8.1.1.	Definição	1564
3.8.1.2.	Sub-rogação real.....	1564
3.8.1.3.	Cláusula restritiva sobre bem da legítima (art. 1.848, CC): deserdação <i>bona mente</i> e cancelamento por perda da justa causa.....	1564
3.8.1.4.	Questões especiais.....	1565
3.8.2.	Elementos acidentais no testamento.....	1566
3.8.2.1.	Condição: permissão para herdeiro ou legatário..	1566
3.8.2.2.	Termo	1566
3.8.3.	Regras de interpretação.....	1567
3.8.3.1.	Dúvida interpretativa (art. 1.899, CC).....	1567
3.8.3.2.	Erro acidental quanto à pessoa ou ao objeto (art. 1.903, CC).....	1567
3.8.3.3.	Presunção de rateio <i>pro rata</i> (art. 1.904, CC).....	1568
3.8.3.4.	Presunção de unidade na designação coletiva (art. 1.905, CC).....	1568
3.8.3.5.	Rateio do remanescente da parte disponível (arts. 1.906 e 1.907, CC).....	1568
3.8.3.6.	Disposição para generalidade de pessoas (art. 1.902, CC).....	1568
3.9.	Legado.....	1569
3.9.1.	Definição.....	1569
3.9.2.	Espécies.....	1570
3.9.2.1.	Legado de coisa certa alheia e de coisa comum.....	1570
3.9.2.2.	Sublegado, legado de coisa do sucessor ou legado com encargo de entregar coisa a outrem	1570
3.9.2.3.	Legado de coisa genérica	1570
3.9.2.4.	Legado de coisa singularizada.....	1570
3.9.2.5.	Legado de crédito ou de quitação de dívida.....	1570
3.9.2.6.	Legado de alimentos	1571
3.9.2.7.	Legado de usufruto	1571
3.9.2.8.	Legado de imóvel	1571
3.9.2.9.	Legado de dinheiro	1571
3.9.2.10.	Legado em renda ou pensão periódica.....	1571
3.9.2.11.	Legado alternativo.....	1571
3.10.	Direito de acrescer	1571
3.10.1.	Definição.....	1572

3.10.2.	Cabimento e as conjunções na redação do testamento.....	1572
3.11.	Substituições testamentárias.....	1573
3.11.1.	Substituição vulgar, ordinária ou direta.....	1574
3.11.2.	Substituição recíproca.....	1574
3.11.3.	Substituição fideicomissária.....	1574
3.11.3.1.	Definição.....	1574
3.11.3.2.	Fideicomissário como concepturo.....	1575
3.11.3.3.	Limitação ao segundo grau.....	1575
3.11.3.4.	Classificação.....	1575
3.11.4.	Questões especiais.....	1575
3.11.4.1.	“Não querer” abrange “não poder”.....	1575
3.11.4.2.	Substituição vulgar sucessiva.....	1576
3.12.	Extinção do testamento.....	1576
3.12.1.	Classificação (extinção normal e anormal).....	1576
3.12.2.	Invalidade.....	1577
3.12.2.1.	Regras gerais.....	1577
3.12.2.2.	Anulabilidade.....	1577
3.12.2.3.	Nulidade.....	1578
3.12.2.4.	Decadência para declarar invalidade do testamento (arts. 1.859 e 1.909, parágrafo único, CC).....	1580
3.12.2.5.	Diferença prática entre anulabilidade e nulidade do testamento.....	1581
3.12.2.6.	Conservação do negócio jurídico para testamento (art. 1.910, CC).....	1581
3.12.2.7.	Questões especiais.....	1582
3.12.3.	Ineficácia do testamento.....	1583
3.12.3.1.	Redução testamentária.....	1584
3.12.3.2.	Revogação do testamento.....	1585
3.12.3.3.	Rompimento do testamento.....	1586
3.12.3.4.	Caducidade do testamento.....	1592
3.13.	Testamentária.....	1595
3.13.1.	Definição.....	1595
3.13.2.	Testamenteiro vs. inventariante.....	1596
3.13.3.	Pessoa jurídica como testamenteiro?.....	1596
3.13.4.	Remuneração (vintena).....	1596
3.13.5.	Indenização por despesas.....	1596
3.13.6.	Classificação quanto à origem.....	1596
3.13.7.	Classificação quanto à atribuição.....	1596
3.13.8.	Caráter personalíssimo.....	1597
3.13.9.	Ausência de competência para pedir a colação.....	1597
4.	Inventário e partilha.....	1597
4.1.	Regras gerais: aspectos processuais e extrajudiciais.....	1597
4.1.1.	Procedimento judicial de abertura, registro, confirmação e cumprimento de testamento.....	1597

4.1.2.	Procedimento judicial de inventário e partilha.....	1597
4.1.3.	Procedimento extrajudicial de inventário e partilha (inventário extrajudicial).....	1598
4.1.4.	Dispensa de procedimento de inventário e partilha.....	1598
4.2.	Identificação da existência de testamento	1598
4.3.	Sobrepartilha.....	1599
4.4.	Sonegação.....	1599
4.4.1.	Noções gerais e requisitos.....	1599
4.4.2.	Descabimento da aplicação da pena de sonegação sobre meação.....	1599
4.4.3.	Questões especiais.....	1600
4.4.3.1.	Dúvida jurídica razoável para afastar pena: caso da conta bancária conjunta (presunção relativa de cotitularidade igualitária)	1600
4.5.	Herdeiro preterido.....	1600
4.5.1.	Regra geral: habilitação, cautelar de reserva de bens, ação de petição de herança e terceiros de boa-fé	1600
4.5.2.	Prescrição em ação de petição de herança: filho reconhecido e filho não reconhecido.....	1601
4.5.3.	Usucapião após partilha vs. ação de petição de herança	1602
4.6.	Invalidação da partilha vs. ação de petição de herança: partilha amigável e partilha judicial.....	1603
BIBLIOGRAFIA		1605